

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ano começa com ameaças da elite dos servidores públicos (Editorial) ..... 3

ZERO HORA - RS - ZERO HORA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração da folha salarial é prorrogada por dois anos ..... 5

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - VIDA URBANA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Avalanche" de concursos prevista para 2022 ..... 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria do INSS tem novas normas desde o dia 1º ..... 8

ZERO HORA - RS - ZERO HORA  
SEGURIDADE SOCIAL

O que muda na hora de pedir a aposentadoria ..... 10

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS volta a exigir prova de vida ..... 11

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Abono salarial ..... 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Novo mínimo não aumenta o poder de compra ..... 13

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

O que muda em 2022 - e pode afetar o seu bolso ..... 15

O GLOBO - RJ - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Há muito em jogo em 2022 - ANTÔNIO GOIS ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancas projetam crescimento em 2022 com práticas ESG, LGPD e reforma fiscal ..... 20

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Calendário eleitoral trava agenda de Guedes para 2022 ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Qual é o seu plano para 2022? (Artigo) ..... 24

PIONEIRO - RS - CADERNOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Toda eleição presidencial causa impactos" (Editorial) ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

De olho no bolso e no voto ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

É preciso coragem para mudar o modelo econômico fracassado do país ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Teto de gasto precisa ser revisto, diz Barros ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ibovespa deve ter ganhos em 2022, apesar da volatilidade ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Nova lei cambial exige cautela, diz Araújo ..... 36

# Ano começa com ameaças da elite dos servidores públicos (Editorial)

O brasileiro começa o ano de 2022 com mais uma lamentável notícia produzida em Brasília: empresas e pessoas físicas, que enfrentam diariamente o enorme emaranhado burocrático imposto pelo Estado para produzir, trabalhar e acessar serviços públicos, conviverão com mais uma ameaça de paralisações do funcionalismo.

O movimento deve ter início já em janeiro. Na semana passada, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) aprovou um calendário de mobilização em defesa de um reajuste salarial. As duas primeiras semanas do mês que se inicia servirão para as corporações levarem demandas às autoridades competentes, enquanto pressionam a equipe econômica e convocam as assembleias de cada categoria. Neste meio tempo, servidores em funções de confiança elevem continuar entregando os cargos. Paralisações são esperadas, até que eles deliberem sobre uma possível greve geral a partir de fevereiro.

A mobilização não é desprezível. Tal entidade reúne 37 instituições associativas e sindicais de carreiras típicas de Estado, como do Banco Central (BC), Tesouro Nacional, **Receita Federal**, analistas de comércio exterior e diplomatas. Juntas, representam cerca de 200 mil **servidores públicos**, os quais formam o que pode se considerar a elite do funcionalismo público. Não bastasse, servidores do judiciário e magistrados também começam a se movimentar no mesmo sentido.

É preciso reconhecer: em parte, a insatisfação desse seleto grupo é legítima. Trata-se de uma resposta à sinalização, feita pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, de que apenas carreiras policiais, base eleitoral do chefe do Executivo, receberão aumento neste ano. O Congresso Nacional aprovou o Orçamento de 2022 com a previsão de R\$ 1,7 bilhão para reajustes, mas sem especificar quais carreiras seriam contempladas. Decidiu não entrar na polêmica.

A conta, contudo, inevitavelmente recairá sobre a sociedade como um todo. Ao jornal "O Globo", por exemplo, um representante dos auditores fiscais da **Receita Federal** disse que a operação-padrão da categoria no porto de Santos, o maior da América Latina, deve resultar em uma perda de R\$ 125 milhões por dia na arrecadação com **impostos** do comércio

exterior. Do ponto de vista de quem empreende, a informação mais chocante é que o tempo para a liberação de contêineres de importação pode passar a ser de 24 a 48 horas. O trâmite costuma ocorrer em uma hora.

Além da insatisfação com o tratamento dado pelo presidente aos policiais, as categorias que agora se mobilizam também reclamam da falta de uma política remuneratória do governo federal. Elas argumentam que grande parte dos servidores federais está com remuneração congelada desde 2017, acumulando, desde então, perdas inflacionárias medidas pelo IPCA de 27,2%. Ignoram o fato de que o governo federal precisou ampliar gastos para combater a pandemia e seus efeitos na economia, num momento em que os servidores permaneceram protegidos por uma estabilidade que não alcançou os demais trabalhadores que estão fora do serviço público. Isso não é pouca coisa num país em que ainda há aproximadamente 13 milhões de trabalhadores em busca de um emprego e, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média atingiu o menor nível (R\$ 2.449) de toda a série histórica iniciada em 2012.

Deve-se recordar ainda que as corporações deixaram outro legado negativo para o ano que se inicia, ao terem sido bem-sucedidas em suas investidas para frear a tramitação da reforma administrativa no Congresso Nacional. A proposta de emenda constitucional começou com um texto elogiável, mas devido às pressões acabou ganhando um formato inaceitável: em vez de corrigir injustiças, a proposta mantinha privilégios. Em outras palavras, aumentava a capacidade do setor público brasileiro de gerar desigualdades.

Neste sentido, deve-se dar atenção aos alertas da equipe econômica de que o pleito do funcionalismo traz consigo um risco inflacionário que não deve ser desprezado, até porque existe o receio de que o mesmo ocorra nos Estados. O movimento do funcionalismo, impulsionado por uma jogada eleitoreira do presidente da República, vai na contramão dos necessários esforços para evitar a indexação da economia.

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187104?](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187104?)

# Desoneração da folha salarial é prorrogada por dois anos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que prorroga por dois anos a desoneração da folha de pagamento para 17 setores econômicos, considerados os que mais criam vagas de empregos no país. Com isso, o benefício, que acabaria em 31 de dezembro do ano passado, vai vigorar até o fim de 2023. O ato foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União da última sexta-feira.

O alívio tributário está em vigor desde 2011 e beneficia as empresas ao diminuir encargos trabalhistas. Pela desoneração da folha, as empresas beneficiadas recolhem alíquotas de 1% a 4,5% sobre o faturamento, em vez de 20% sobre a folha de salários. Em transmissão nas redes sociais, na quinta-feira, Bolsonaro já havia anunciado que confirmaria o projeto aprovado pelo Congresso. O benefício deixaria de valer se a sanção não fosse publicada até o dia 31.

A sanção ficou travada porque a equipe econômica do governo cobrou a exigência de compensação, com aumento de outros **impostos**, pela redução da tributação para as empresas desses setores. A compensação está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e o Orçamento de 2022 foi aprovado sem levar em conta o impacto da desoneração.

Apesar do impasse, o governo informou que consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) e que o órgão orientou que não há necessidade de nova medida compensatória. O texto da lei prevê o aumento apenas da alíquota de Cofins-Importação durante a vigência da medida, em um ponto porcentual, o que não é suficiente para compensar toda a renúncia fiscal.

A justificativa é que "se trata de prorrogação de benefício fiscal já existente" e que a medida havia sido considerada no Relatório de Estimativa de Receita do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, feito pelo Congresso.

Por outro lado, foi preciso editar uma medida provisória para revogar a necessidade de a União compensar o valor da desoneração para o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) por transferência orçamentária, o que, segundo o texto, acabava "fazendo que a mesma despesa fosse computada duas vezes dentro do Orçamento".

"Com a correção na metodologia antiga, não haverá criação de nova despesa orçamentária, o que tornou possível sancionar a prorrogação da desoneração com os recursos já existentes no Orçamento. Caberá apenas à **Receita Federal** atualizar os seus demonstrativos de receita, considerando a referida prorrogação", informou a Secretaria-Geral da Presidência.

Motoristas Bolsonaro também sancionou o projeto que cria o MEI Caminhoneiro, possibilitando que o transportador autônomo de cargas possa se inscrever como microempresário individual (MEI) se tiver um faturamento anual de até R\$ 251,6 mil. O limite é mais de três vezes o valor permitido às outras categorias, de R\$ 81 mil.

O projeto foi sugerido no Congresso pelo senador bolsonarista Jorginho Mello (PL-SC) e faz parte do pacote de agrados à categoria. A ideia é estimular a formalização dos caminhoneiros como empresários individuais facilitando as condições para a adesão ao MEI e garantindo o acesso ao regime especial de tributação.

Pela lei, o valor mensal da contribuição dos caminhoneiros enquadrados como MEI para a **Seguridade Social** será de 12% sobre o salário mínimo.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# "Avalanche" de concursos prevista para 2022

**ANA LUISA ARAÚJO DO CORREIO**  
**BRAZILIENSElocal@diariopernambuco.com.br**

Sendo 2020 e 2021 os anos em que quase não ocorreram concursos em razão da pandemia, é natural que 2022 seja o resgate do tempo perdido. Além de terem sido criados cargos, os próprios órgãos públicos carecem de funcionários, uma vez que muitos aproveitaram a situação caótica para se aposentar. Os dados confirmam essa tese. Estão previstas 73.640 vagas de concurso para 2022, 4.097 são de criação e 69.543 de provimento para candidatos aprovados em certames públicos com data de validade em curso ou para aprovados em novos concursos.

No âmbito nacional, concurseiros esperam ansiosamente pelos certames do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério Público da União (MPU), do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Além desses, o concurso da **Receita Federal** é muito aguardado.

Sofrendo de déficit em seu quadro, **INSS** deve oferecer grande número de oportunidades. Cursos on-line ganharam ainda mais importância na pandemia e hoje auxiliam grande parte dos concurseiros. As áreas são as mais variadas: execuções penais, políticas públicas e gestão governamental, apoio às atividades policiais civis, assistência pública à saúde, atividade de defesa do consumidor, atividades do trânsito - técnico e analista, auditoria de atividades urbanas, cirurgião-dentista, desenvolvimento e fiscalização agropecuária, enfermeiro, gestão de resíduos sólidos, médico, planejamento urbano e infraestrutura, assistência à educação, magistério, auditoria de controle interno, carreira técnica em enfermagem, delegado Polícia Militar, oficiais do quadro de saúde, auditoria fiscal da Receita, agente de polícia, escrivão de polícia, regulação de serviços públicos, apoio às atividades jurídicas, vigilância ambiental e atenção comunitária à saúde.

Nos últimos dois meses, foram abertos muitos editais. Gabriel Henrique Pinto, diretor da Central de Concursos, explica que a tendência é de que aumente ainda mais, visto que 2022 é um ano de eleições, e contratar servidores é uma premissa muito utilizada para se conquistar eleitores. Saúde e segurança, de acordo com Gabriel, são as áreas mais privilegiadas. Isso ocorre porque são locais da política muito fáceis de serem enxergados pela população que vota.

De servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo a professor e diretor da Central de Concursos, Gabriel Henrique está com grandes expectativas para 2022 na área de certames. Segundo ele, a busca por cursos "praticamente desapareceu" em 2020 e 2021. Somente 20% dos alunos continuaram estudando nas plataformas on-line.

"Começou a voltar ao normal em abril ou maio. Agora, estamos perto do patamar de normalidade e vislumbramos para janeiro uma explosão de procura. Nos primeiros três meses do ano, sempre temos bastante procura, principalmente com esse cenário de retomada, a expectativa é ainda maior para o começo de 2022", conta. O curso on-line, na visão do diretor, é uma ótima saída para quem não pode estar presencialmente nas aulas, no entanto, o presencial "não tem comparação". Gabriel diz que o envolvimento é maior, o aspecto social tem mais apelo e, além disso, é possível conhecer as pessoas e o que elas fazem para estudar.

Aulas na modalidade on-line e presencial têm grandes diferenças. Ainda assim, ele entende que há pessoas incapazes de chegar no horário da aula, e plataformas na internet são ótima saída para quem tem restrição de tempo.

Lei Complementar refreou certames

A Lei Complementar 173, de 2020, que é o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, proibiu aumento de despesas com pessoal até o fim de 2021. Isso impediu a nomeação de candidatos, bem como a preparação de novos editais e a continuidade de certames que estavam previstos e foram suspensos.

Conforme a regra atual, os prazos de validade dos concursos foram suspensos até o término do estado de calamidade pública, que durava até 31 de dezembro de 2020. No entanto, até o último dia de 2021, não eram permitidas novas contratações em nenhum nível, seja federal, estadual ou municipal. "Não haverá mais nenhuma restrição em termos de legislação, tanto para nomeação, quanto para realização de concursos", afirma.

"Haverá uma avalanche de concurso e nomeações, ano de eleição é o ano que mais tem concurso e nomeação, se alguém quer estudar para concurso,

2022 é o ano avisa Kolbe

As bancas costumam não aceitar pessoas que se autodeclararam pardas como cotistas. O advogado Max Kolbe também é muito procurado por essa questão. Segundo ele, o que é levado em consideração é o fenótipo, e muitos pardos não apresentam características consideradas negróides, como cabelo

crespo. Nesses casos, o advogado explica que usa a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) como justificativa. "Não existe nenhuma lei, inclusive literatura nacional e internacional, que defina características fenotípicas de uma pessoa negra", pontua. De acordo com ele, uma das perguntas feitas na avaliação

da banca que mais elimina esse tipo de candidato é "Você já se sentiu discriminado?". Kolbe lembra que o objetivo da lei de cotas não é dar espaço para quem se sentiu discriminado, mas para quem se autodeclara negro. São por esses motivos que ele julga muito difícil perder esse tipo de caso.

Não há uma regulação federal para os concursos públicos. Segundo o especialista, esse é um problema que gera outros, a exemplo o das cotas, que é recorrente. Caso houvesse regulamento para certames, esse tipo de caso diminuiria ou até desapareceria.

O advogado que é especialista em concurso público, e atende a mais de 4.500 pessoas em todo o Brasil, conta que as situações mais comuns que ele cuida são as de reprovação em psicotécnico, questão objetiva cobrada fora do edital e ações pleiteando a nomeação de novos aprovados. Esse último, conforme ele explica, foi bastante recorrente no último ano.

Reprovação no teste psicotécnico está entre as questões que mais são judicializadas no campo das seleções públicas

**Site:**

**<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2022/01/avalanche-de-concursos-prevista-para-2022.html>**

# Aposentadoria do INSS tem novas normas desde o dia 1º

As regras da aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) mudaram a partir do dia 1º de janeiro de 2022. O gatilho nas condições mínimas para ter o benefício ocorre ano a ano desde que a emenda constitucional 103, que instituiu a reforma da Previdência, começou a valer, em novembro de 2019.

As alterações são em três das regras de transição aplicadas a quem já estava no mercado de trabalho: por pontos, por idade mínima e na idade da mulher para ter a aposentadoria por idade. As regras que exigem pedágio de 50% ou 100% do tempo que faltava para ter o benefício na data de publicação da reforma não sofrem alteração. As medidas também não afetam os profissionais que passaram a integrar o mercado de trabalho a partir de novembro de 2019, sejam eles celetistas ou autônomos que contribuem com a Previdência. Nesses casos, eles só se aposentam com idade mínima de 65 anos, para os homens, e 62 anos, para as mulheres.

O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos.

Para o trabalhador com carteira assinada, que pede a aposentadoria diretamente ao instituto por meio do aplicativo ou site Meu **INSS**, um dos principais impactos é na idade mínima das mulheres para ter o benefício por idade. A exigência, desde 1º de janeiro, é de 61 anos e seis meses. Até 31 de dezembro do ano passado, conseguia a aposentadoria a segurada que tivesse 61 anos.

Antes da reforma, no entanto, as mulheres se aposentavam com 60 anos. No caso dos homens, a idade mínima não mudou.

Eles já se aposentavam aos 65 anos e essa continua sendo a exigência para ter o benefício.

Na regra de transição por pontos, agora consegue a aposentadoria por tempo de contribuição quem atingir, na soma da idade com o tempo de contribuição ao **INSS**, 89 pontos, no caso das mulheres, ou 99 pontos para os homens.

É preciso ter, no mínimo 30 anos de pagamentos ao instituto, para as mulheres, e 35 anos, no caso dos homens. Até 31 de dezembro deste ano, a pontuação mínima era 88/98.

Para quem vai pedir a aposentadoria pela regra de transição da idade mínima, a exigência é ter 62 anos e seis meses de idade, no caso dos homens, e 57 anos e seis meses para as mulheres a partir de 1º janeiro de 2022. São necessários 30 anos de contribuições ao **INSS**, para as mulheres, e 35 anos, para os homens.

Neste ano, a idade mínima exigida é de 62 anos e 57 anos, respectivamente.

Professores do setor privado se aposentam com cinco anos amenos.

No pedágio de 100%, a idade exigida é de 55 anos, para os homens, e de 52 anos, para as mulheres.

É preciso trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para o benefício na data de entrada em vigor da reforma.

Na regra de transição por pontos, há mudança entre um ano e outro.

Até 31 de dezembro de 2021, a pontuação mínima exigida era de 83/93 para mulheres e homens, respectivamente.

A partir de 1º de janeiro de 2022, sobe para 84/94.

Exigências não mudam em três situações. O trabalhador que vai pedir a aposentadoria pelas regras dos pedágios de 50% ou 100% e quem tem direito ao benefício especial tem regras de transição que não se alteram com o passar dos anos. No caso dos segurados que estavam a até dois anos da aposentadoria por tempo de contribuição no início da reforma da Previdência, é possível entrar no pedágio de 50%, no qual é preciso trabalhar por mais metade do tempo que faltava para ter o benefício em 13 de novembro de 2019.

Para o segurado que optar pelo pedágio de 100%, a aposentadoria é concedida a quem trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para atingir o tempo mínimo de contribuição, de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens, em novembro de 2019. Também é exigida idade mínima de 57 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

Segurados que trabalham todo o tempo em condições



prejudiciais à saúde conseguem a aposentadoria especial. Para quem já estava no mercado de trabalho na data de início da reforma, há exigência de pontuação mínima.

Atividades de baixo risco garantem a aposentadora quando o segurado somar, na idade e no tempo de contribuição, 86 pontos. É preciso ter 25 anos em atividade especial de baixo risco. Para risco médio, são 76 pontos (20 anos em atividade especial de médio risco) e para risco alto, 66 (15 anos de trabalho em atividade especial de alto risco).

-

Transição para os servidores

Os **servidores públicos** federais também têm regras de transição na aposentadoria se já estavam contratados em novembro de 2019. A primeira delas é o pedágio de 100%, que exige idade mínima de 57 anos, para as mulheres e 60 anos, para os homens -é preciso trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para os 35 anos de pagamento, no caso dos homens, e 30 anos, no das mulheres.

A exigência, no entanto, é ter 20 anos no serviço público e cinco anos no cargo quando se der a aposentadoria.

Na segunda regra de transição, há exigência de idade mínima e pontos. Em 2021, a idade mínima exigida das mulheres era 56 anos, e a pontuação mínima de 88 pontos. Para os homens, era preciso ter idade mínima de 61 anos, com pontuação mínima de 98. Em 2022, a idade é de 57 e 62, respectivamente, com 89/99 de pontuação.

Data retroativa Quem não conseguiu reunir os documentos quando pediu a aposentadoria até o dia 31 de dezembro pode fazer a solicitação ao **INSS** em 2022, e conseguir o benefício com data retroativa à do pedido. Para isso, quando fizer o pedido, o segurado deve escolher a opção indicando que o servidor do **INSS** pode mudar de data para uma em que o trabalhador completou a melhor condição ou a condição mínima.

Se não escolher essa possibilidade, terá de fazer a reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER), que é um pedido para mudar o dia da solicitação para data mais vantajosa ao segurado. A única diferença está ligada aos valores atrasados a serem pagos.

Quem muda a DER para data retroativa tem os atrasados a partir do dia do pedido, não da data da mudança. Quem escolhe data futura tem atrasados a

partir desse dia em que conquista o melhor benefício.

## NÚMEROS

65 anos é a idade mínima para a aposentadoria dos homens que começaram a trabalhar após a reforma

62 anos é a idade mínima para a aposentadoria das mulheres que começaram a trabalhar após a reforma

15 anos é o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria, após a reforma

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-194309a52da9de185b531cfc697cfca8.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-194309a52da9de185b531cfc697cfca8.pdf)

# O que muda na hora de pedir a aposentadoria

**ANDERSON AIRES** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

A partir de 2022, as regras de transição para pleitear aposentadoria previstas na reforma da Previdência vão mudar no país. A principal alteração ocorre no âmbito das mulheres que buscam a transição por idade. Além da obrigatoriedade de contribuição de pelo menos 15 anos, elas terão de ter idade mínima de 61 anos e seis meses. Isso ocorre porque a reforma da Previdência, de 2019, prevê aumento de seis meses a cada ano até a idade mínima atingir os 62 anos nesse modelo.

O presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-RS), Tiago Kidricki, afirma que, além das regras de transição, também existe expectativa pela publicação de uma nova instrução normativa que vai regular a interpretação da legislação previdenciária no país. A advogada Jane Benvanger, conselheira do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), também cita essa mudança: - Deve ser publicada uma nova instrução normativa com as orientações aos servidores a partir da reforma da Previdência, porque algumas coisas ainda precisam ser orientadas aos servidores. Seria necessária uma lei regulamentando alterações na lei, mas isso é improvável em 2022 por ser um ano eleitoral - afirma a advogada.

## As alterações

n Aposentadoria por idade Com a reforma da Previdência, a regra de transição por idade mínima para homens continuou em 65 anos. Para mulheres, começa em 60 anos e será elevada em seis meses a cada ano até atingir 62 anos, em 2023. Em ambos os casos será exigido tempo de contribuição de, pelo menos, 15 anos. Portanto, a partir de 2022, mulheres que quiserem se aposentar pela regra de transição por idade terão de ter, no mínimo, 61 anos e seis meses. Aposentadoria por pontos Soma de idade mais tempo de contribuição. Aumenta um ponto a cada ano até chegar a cem pontos para mulher e 105 pontos para homem. O tempo de contribuição mínimo segue o mesmo: 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). A partir de 1º de janeiro de 2022, a regra será de 89 pontos para mulheres e de 99 pontos para homens. Para professora será de 84 pontos e para professor, 94 pontos.

Aposentadoria de idade = 3\* j mínima progressiva Essa transição prevê 56 anos de idade e 30 de contribuição para mulheres e 61 anos de idade e 35 de contribuição

para homens. A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade passou a subir gradativamente, aumentando seis meses a cada ano até alcançar 62 anos para mulheres em 2031 e 65 anos para homens em 2027. Em 2022, a idade mínima ficará assim: Mulher 57,5 anos Homem 62,5 anos Professora 52,5 anos Professor 57,5 anos PECdos Precatórios Entre os precatórios que podem ser parcelados com a aprovação de PEC, existem dívidas envolvendo diversas questões judiciais de valores devidos pelo **INSS** a aposentados e pensionistas. Essas dívidas podem ser afetadas pelo parcelamento e também passam a ser atualizadas unicamente pela Selic.

Empréstimo consignado As regras mais vantajosas para contratar crédito consignado do **INSS** acabam em 31 de dezembro.

A redução da margem consignável é uma das principais mudanças. Atualmente, a lei em vigor até o dia 31 de dezembro permite comprometer até 40% da renda previdenciária com o empréstimo (35% com empréstimo pessoal e 5% para o cartão de crédito). Com o fim da lei, a margem limite para contratação de empréstimo consignado volta para 35% (30% para empréstimo pessoal e 5% para o cartão de crédito). Nova instrução normativa O advogado Tiago Kidricki, presidente da Comissão de **Seguridade Social** da OAB-RS, destaca que é esperada a publicação do documento para o dia 24 de janeiro. Essa nova instrução normativa vai atualizar a regulação de toda a interpretação da legislação previdenciária ao **INSS**, "orientando os servidores para concessão dos benefícios", segundo o especialista.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# INSS volta a exigir prova de vida

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) precisam ficar atentos em 2022. A prova de vida voltou a ser obrigatória, após três meses de suspensão. O procedimento é necessário para manter o pagamento do benefício.

Entre março de 2020 e maio de 2021, a prova de vida foi suspensa por causa da pandemia de covid-19.

O procedimento foi retomado em junho do ano passado, mas suspenso novamente em outubro, após o Congresso derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro a uma lei que retirava a obrigatoriedade da prova de vida em 2021.

Segundo o **INSS**, cerca de 3,3 milhões de segurados precisam fazer, entre janeiro e abril, a prova de vida referente a 2021. Os pagamentos das aposentadorias e das pensões começarão a ser suspensos em fevereiro.

Como fazer A prova de vida do **INSS** deve ser feita no banco responsável pelo pagamento do benefício. O procedimento pode ser feito nos caixas eletrônicos com uso da biometria ou presencialmente, nas agências bancárias. Algumas instituições financeiras oferecem o serviço no internet banking ou no aplicativo.

Os segurados com biometria facial cadastrada no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) ou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem fazer a prova de vida de forma eletrônica, no aplicativo Meu **INSS**. Idosos a partir de 80 anos ou pessoas com dificuldade de locomoção podem pedir visita em domicílio. Nesse caso, é necessário agendar um horário pelo telefone 135 ou do app Meu **INSS**.

Etapas A não realização do cadastramento não implica o cancelamento imediato do benefício. Antes disso há duas etapas: bloqueio e suspensão do pagamento. Quem tiver o benefício suspenso em fevereiro entrará na etapa de suspensão três meses mais tarde.

Se ainda assim não atualizar os dados nessa segunda etapa, o benefício será cancelado.

Reativação Segurados com os benefícios bloqueados e suspensos podem reativá-los diretamente no banco. No caso de cancelamento, o segurado terá que ligar para a central 135 e agendar o serviço de reativação de benefício. Esse procedimento também pode ser feito pelo aplicativo Meu **INSS**. Após acessar o Meu

**INSS** com o número do CPF e a senha cadastrada, busque por Reativar Benefício, na lupa.

Os **servidores públicos** inativos (aposentados e pensionistas) e anistiados políticos seguiram um cronograma diferente de recadastramento. Para essas categorias, o prazo para fazer a prova de vida de 2021 acabou em 31 de dezembro.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10747>

# Abono salarial

Começa a ser pago neste mês o PIS/Pasep, adiado no ano passado. O abono salarial é depositado para quem trabalhou com carteira assinada em 2021 por mais de 30 dias recebendo até dois salários mínimos por mês. Se o beneficiário trabalhou de carteira assinada por um mês, receberá R\$ 100 de abono. Para quem trabalhou dois meses, o benefício é de R\$ 200 e assim por diante.

Veja como funciona a tabela: 1 mês: R\$ 100; 2 meses: R\$ 200; 3 meses: R\$ 300; 4 meses: R\$ 400; 5 meses: R\$ 500; 6 meses: R\$ 600; 7 meses: R\$ 700; 8 meses: R\$ 800; 9 meses: R\$ 900; 10 meses: R\$ 1000 e 11 meses: R\$1.100.

Há ainda a expectativa de que o Governo Federal dobre o PIS/Pasep em 2022, já que o pagamento do benefício foi adiado em 2021. Isso, porém, ainda não foi confirmado.

Também é necessário estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e ter os dados atualizados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) pelo empregador. O pagamento do PIS, destinado aos trabalhadores do setor privado, é realizado na Caixa Econômica e casas lotéricas. Já o Pasep, pago aos trabalhadores do setor público, é pago por meio do Banco do Brasil.

Quem não possui conta nos bancos pode, no entanto, receber em qualquer agência Caixa com documento de identificação com foto, CPF e Carteira de Trabalho. Quem tiver o Cartão Cidadão também pode usá-lo, com a senha, para sa-carroabono.

Como fazer Acesse o portal **Meu INSS**. Entrar com gov.br; digite o CPF e clique em Continuar; insira a senha; na página inicial, clique em "Meu cadastro" e veja o número do PIS.

Em caso de dúvidas sobre o pagamento do benefício, o trabalhador pode entrar em contato com diretamente o atendimento da Caixa pelo número 0800 726 0207, pelo site do banco e pelo aplicativo Caixa Trabalhador. Os beneficiários que vão receber o Pasep podem buscar o Banco do Brasil pelo 0900 729 0001, pelo site do banco ou pelo aplicativo.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Novo mínimo não aumenta o poder de compra

**ELISA VAZ DA REDAÇÃO**

O novo salário mínimo nacional, que já está em vigor desde o último sábado (1º), no valor de R\$ 1.212, não resultará em ganho real para os trabalhadores, segundo especialistas e representantes da classe laboral. O número representa uma alta de mais de 10% em relação à remuneração básica que estava em vigor no ano de 2021, de R\$ 1.100, mas, como a atualização seguiu a estimativa da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), os trabalhadores não ganham mais poder de compra, especialmente por conta das altas nos preços de bens, produtos e serviços, com destaque para a alimentação.

No mês de novembro, a cesta básica dos paraenses custou, em média, R\$ 550,64, comprometendo cerca de 54% do salário mínimo dos trabalhadores, aponta o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

De acordo com o supervisor técnico do órgão, economista Roberto Sena, os trabalhadores paraenses enfrentam, mês a mês, um dos maiores custos de vida do país e a maioria das categorias organizadas não tem nenhuma outra forma de piso salarial.

"O crescimento real do salário mínimo é muito importante, uma vez que cerca de 52% dos trabalhadores ocupados (aproximadamente 1,8 milhão pessoas) têm nele a sua remuneração maior.

Mas, a cada novo valor do salário mínimo, surgem algumas perguntas: O que a nova renda vai mudar na vida dos paraenses?", questiona Sena.

O também economista Nélcio Bordalo afirma que o novo mínimo de R\$ 1.212, na realidade, repõe apenas a **inflação** registrada em 2021, sem aumento real. Até o ano de 2019, a correção do salário mínimo era realizada a partir de uma fórmula baseada no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país - a soma das riquezas produzidas - de dois anos anteriores; e a **inflação** medida pelo INPC.

Porém, de 2020 para cá o cálculo mudou e apenas a **inflação** foi tomada como referencial de reajuste.

"A meu ver, o valor fica abaixo das necessidades do trabalhador e suas famílias diante dos aumentos de preços, principalmente na alimentação. A proposta enviada pelo governo ao Congresso em agosto de 2021 projetava o salário mínimo de R\$ 1.169. No texto aprovado pelo Parlamento no dia 21, no entanto, o valor citado era de R\$ 1.210; portanto, observa-se que a mudança ocorreu em função do avanço da **inflação** nos últimos meses do ano de 2021", explica.

-

Salário ideal seria de R\$ 5,9 mil, diz economista

A remuneração básica ideal, segundo Nélcio Bordalo, para atender às necessidades mínimas de uma família brasileira de quatro pessoas, deveria girar em torno de R\$ 5.969,17 até novembro de 2021, como diz a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Dieese. O problema é que aumentar muito o salário mínimo seria negativo para as contas do governo.

"Os governos federal, estaduais e municipais não teriam condições de arcar com salário mínimo elevado, porque ele impacta nos benefícios do **INSS** [Instituto Nacional do Seguro Social] também", pontua o economista. De acordo com o Ministério da Economia, cada R\$ 1 de aumento no mínimo gera um incremento de R\$ 350 milhões ao ano nas despesas do governo federal.

Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Pará (CTB-PA), Cleber Rezende diz que a atualização da remuneração básica está aquém das necessidades da classe trabalhadora brasileira, sendo insuficiente para garantir ganhos aos assalariados "em um momento da conjuntura de degradação das condições de vida do povo".

"O que temos é um custo médio da cesta básica de alimentos que aumenta constantemente.

Observa-se o avanço da carestia, que exige um tempo maior de trabalho para aquisição de alimentos para o sustento do trabalhador, trabalhadora e sua família.

E o novo salário mínimo está sem reajuste real, ou seja, sem aumento além da correção inflacionária. A **inflação** atribuída ao aumento de preços

administrados como combustíveis, energia elétrica, água e saneamento - itens que pesam mais no consumo das famílias de menor poder aquisitivo - corrói o poder de compra dos brasileiros e brasileiras", argumenta.

A situação, segundo Cleber, é agravada por conta do aumento da informalidade, a precarização dos direitos trabalhistas e o avanço do desemprego. A consequência é a redução da renda, a capacidade de consumo reduzida e o aumento da pobreza. A central sindical defende um salário mínimo com ganho real, possibilitando maior capacidade de consumo aos brasileiros e impulsionando as atividades econômicas. "Isso seria possível com a retomada do desenvolvimento nacional, com geração de empregos e distribuição de renda. Que 2022 seja de mudanças favoráveis na cena política nacional, por um Brasil próspero e desenvolvimentista", torce Rezende.

Valor foi reajustado seguindo o INPC

O novo valor do salário mínimo considera a correção monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) de janeiro a novembro de 2021 e a projeção de **inflação** de dezembro de 2021, estimada pela área técnica do Ministério da Economia. No total, o aumento foi de 10,18% em relação ao valor anterior, que era de R\$ 1.100.

Os estados também podem ter salários mínimos locais e pisos salariais por categoria maiores do que o valor fixado pelo governo federal, desde que não sejam inferiores ao valor do piso nacional.

O novo mínimo altera o valor de cálculo de benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas.

No caso das aposentadorias e pensões por morte ou auxílio-doença, os valores deverão ser atualizados com base no novo mínimo.

O mesmo vale para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que corresponde a um salário mínimo e é pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda. As informações são da Agência Brasil.

"A meu ver, o valor fica abaixo das necessidades do trabalhador e suas famílias diante dos aumentos de preços, principalmente na alimentação." NÉLIO BORDALO Economista

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37042&edicao=119023>**

# O que muda em 2022 - e pode afetar o seu bolso

*Por Darlan Alvarenga, g1*

O brasileiro entra no novo ano com um novo valor para o salário mínimo e para benefícios previdenciários e sociais, e também com a promessa de ampliação do alcance de programas como o Auxílio Brasil, Tarifa Social de Energia e vale-gás.

Depois de um 2021 marcado pela **inflação** nas alturas e pela forte alta da taxa de juros, 2022 começa com o crédito mais caro e com a pressão de reajustes tradicionais de começo de ano como mensalidades escolares, IPTU, IPVA, e tarifa de transportes públicos.

Veja abaixo o que muda em 2022:

## Salário mínimo

O salário mínimo será de R\$ 1.212 em 2022. O valor representa uma alta de R\$ 112, ou 10,18%, em relação aos R\$ 1.100 vigentes ao longo de 2021, sem ganho acima da **inflação** pelo terceiro ano seguido.

Salário mínimo em 2022: veja o valor nacional e nos estados

Além de aposentadorias e salários, o novo mínimo vai mudar também os valores de benefícios como PIS/Pasep e seguro-desemprego.

## Auxílio Brasil

Os pagamentos de R\$ 400 do Auxílio Brasil começaram em dezembro de 2021, mas o substituto do Bolsa Família chega em 2022 com a promessa de inclusão de novos beneficiários, alcançando cerca de 18 milhões de famílias .

Auxílio Brasil: veja o calendário de pagamentos em 2022TIRA DÚVIDAS: Perguntas e respostas sobre o programa

A terceira parcela do Auxílio Brasil começará a ser paga em 18 de janeiro. Quem recebia a Bolsa Família foi automaticamente incluído no Auxílio Brasil. O Ministério da Cidadania promete adicionar mais 2,7 milhões de beneficiários em janeiro, zerando a fila de espera do ano de 2021 .

Não há, entretanto, garantia de expansão do programa

para além desse adicional de 2,7 milhões de famílias.

O que está definido é que famílias inscritas no Cadastro Único e em situação de maior vulnerabilidade social terão prioridade entre os novos beneficiários. Saiba como se inscrever.

## Vale-gás

O novo benefício começou a ser pago em dezembro, no valor de R\$ 52, mas apenas nas cidades de Minas Gerais e Bahia atingidas pelas chuvas.

O calendário regular de pagamentos começa no dia 18 de janeiro, seguindo as datas do Auxílio Brasil.

Entenda o programa e saiba quem tem direito

Ao todo, cerca de 5,5 milhões estão elegíveis para receber o vale-gás, segundo o Ministério da Cidadania. Os critérios de participação são: famílias inscritas no Cadastro Único com renda per capita menor ou igual a meio salário mínimo e integrantes do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A lei que institui o programa Auxílio Gás dos Brasileiros estabelece que os beneficiados terão direito, a cada dois meses, a um valor correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg.

## Tarifa Social de Energia

A partir de 2022, as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) ou no Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão incluídas automaticamente pelas distribuidoras na Tarifa Social de Energia Elétrica.

O subsídio corresponde a um desconto na conta de luz, que varia de 10% a 65%, até o limite de consumo de 220 kWh (quilowatts-hora por mês).

Atualmente, 12,4 milhões de famílias são beneficiadas com a Tarifa Social. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que 11,3 milhões de famílias podem ser incluídas no programa a partir de janeiro.

Saiba se você pode ter desconto na conta de luz

## Juros e crédito mais caro

Os juros devem continuar em alta em 2022, em meios aos esforços do Banco Central para conter a alta da **inflação** e preocupações com a trajetória a dívida pública. Atualmente, a Selic está em 9,25% ao ano, maior patamar em mais de quatro anos.

Juro bancário atinge 34,1% ao ano, a maior taxa desde 2019

O crédito mais caro o que encarece o custo de empréstimos e financiamentos e também aumenta o risco da inadimplência.

A previsão dos analistas consultados pelo relatório Focus, do Banco Central, é que a taxa básica de juros (Selic) continue subindo, encerrando o ano em 11,50% ao ano.

## Regras para empréstimo consignado mudam

A partir de 2022, volta a valer a regra anterior para aposentados e pensionistas tomarem empréstimos consignados. A chamada margem de empréstimo consignado volta para 35%, sendo 30% para o pagamento de empréstimos pessoais e 5% para despesas com cartão de crédito.

Ou seja, o limite de comprometimento da renda com empréstimos passa a ser menor. Durante a pandemia, essa margem tinha sido ampliada para 40%, mas o prazo de validade terminou em dezembro de 2021.

O empréstimo consignado é aquele descontado diretamente do contracheque da pessoa que tomar o empréstimo. A modalidade geralmente apresenta algumas das menores taxas de juros do mercado por conta do baixo risco de inadimplência.

Já o teto dos juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), subiu no final de dezembro, passando a ter limite de até 3% ao mês. Para operações realizadas pelo cartão de crédito, a taxa máxima foi elevada para 3,06% ao mês.

## Benefícios do **INSS** e prova de vida

Os benefícios do **INSS** com reajuste começarão a ser pagos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro para aqueles que recebem um salário mínimo. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1 de fevereiro.

Veja o calendário de pagamentos de 2022

Em 2022, a prova de vida volta a ser obrigatória para

aposentados e pensionistas que recebem benefícios por meio de conta corrente, poupança ou cartão magnético. O procedimento serve para evitar fraudes e garante a manutenção do pagamento.

O **INSS** estabeleceu o limite até junho de 2022 para quem não fez o procedimento entre 2020 e 2021. Veja o novo cronograma:

Saiba como fazer a prova de vida e quando fazer

A partir deste ano, independente do vencimento da prova de vida, o segurado deverá fazer o procedimento no mês de seu aniversário para não ter o benefício bloqueado. Mas os bloqueios de quem não fizer o procedimento começarão somente a partir de julho.

## Abono salarial PIS/Pasep

O calendário de pagamentos do abono salarial do PIS/Pasep relativo ao ano-base 2020 terá um calendário diferente em 2022.

Antes, a liberação dos recursos começava no segundo semestre e se estendia até o primeiro semestre do ano seguinte. Por decisão do governo, os valores previstos para o segundo semestre de 2021 serão pagos no início de 2022.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, o próximo calendário deverá ser aprovado ainda em janeiro.

O valor do abono salarial pode chegar ao valor de até um salário mínimo, de acordo com a quantidade de meses trabalhados. Têm direito ao abono salarial cerca de 23 milhões de trabalhadores. Entenda como deverão ser feitos os pagamentos.

O PIS é destinado aos trabalhadores do setor privado e é pago na Caixa Econômica Federal. O Pasep é pago para **servidores públicos** por meio do Banco do Brasil.

## Reajustes de mensalidade escolar

Entre os reajustes de preços que devem pesar no bolso do consumidor neste começo de ano e manter a **inflação** pressionada estão os reajustes das mensalidades escolares e dos transportes públicos.

Levantamento publicado pelo g1 mostrou as mensalidades escolares devem subir no país até mais de 12% em 2022, podendo superar a **inflação** oficial de 2021. Vale lembrar que não existe teto para o reajuste e que cada escola tem autonomia para definir as mensalidades.



## IPVA e Tarifa de ônibus

No grupo de preços administrados, aqueles cujos reajustes são regulados e autorizados pelo governo, e que costuma ser impactados pela **inflação** acumulada no ano anterior, estão o IPVA e as tarifas de ônibus, que ficaram congeladas em vários pontos do país em 2021.

A queda de ofertas de carros novos no Brasil fez os usados valorizarem mais de 20%. E como o IPVA é calculado com base no valor do veículo, não tem jeito: vai ficar bem mais caro em 2022, com reajuste médio de 22%.

IPVA 2022: veja calendário e como consultar valores  
Passagem de ônibus aumenta em sete cidades da Grande SP

Em São Paulo, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), tem dito que irá segurar o máximo possível o valor da tarifa para evitar o reajuste e que espera ajuda do governo federal para o subsídio do transporte público.

A XP projeta uma **inflação** de 10% nos preços da tarifa de ônibus, em meio à disparada do custo dos combustíveis, que acumulam alta de cerca de 50% em 12 meses.

## IPTU

Várias prefeituras já anunciaram reajustes no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Em São Paulo, por exemplo, a Câmara Municipal aprovou um projeto que corrige o IPTU pela **inflação** até 2024 com teto de 10%. Ou seja, se a **inflação** for acima de 10%, só terá correção até esse percentual.

## Conta de luz

Outro item que deve continuar caro em 2022 é a conta de luz. Mesmo com reservatórios em recuperação, a tarifa de energia deve seguir elevada. Desde o final de 2021 está em vigor no país a bandeira mais cara do sistema, com adicional de R\$ 14,20 por 100 kWh consumidos ao mês. A Aneel decidiu manter acionada em janeiro a bandeira de escassez hídrica.

Somente as medidas emergenciais adotadas para evitar um racionamento de energia neste ano e para socorrer o setor elétrico durante a pandemia deixaram uma conta de, ao menos, R\$ 69 bilhões a serem pagos pelos consumidores nos próximos 5 anos.

Em novembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel) calculou que o reajuste tarifário médio nas contas de luz em 2022 deve ser de 21,04% para cobrir o rombo gerado pela crise energética em 2021. No entanto, o governo estuda medidas para atenuar impacto tarifário.

## Nova lei cambial

Em 2022 devem entrar em vigor novas regras para o mercado de câmbio e para circulação de capital estrangeiro no Brasil.

Sancionada no final de dezembro, a nova lei cambial deve reduzir os custos na compra e na venda de dólares, proporcionar maior segurança jurídica e aumentar a conversibilidade do real - ou seja, a facilidade em realizar transações com o resto do mundo.

Entre as mudanças previstas, está limite maior para os viajantes levarem moeda estrangeira em viagens internacionais; abertura de contas em dólar no país e aval para PIX internacional .

Nova lei cambial: veja aqui os principais pontos

Para passar a valer, porém, a nova lei cambial ainda depende de regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central.

Atualmente, as contas em dólares estão disponíveis somente para segmentos específicos, como agentes autorizados a operar em câmbio, emissores de cartões de crédito de uso internacional, sociedades seguradoras e prestadores de serviços turísticos.

Telemarketing terá que usar prefixo 0303

Outra mudança prevista para 2022 é a obrigatoriedade do uso do código 0303 para identificação de ligações de serviços de telemarketing. Ou seja, empresas telefonando com esta finalidade deverão exibir este número, para que as pessoas recebendo as chamadas identifiquem com maior facilidade que se trata do telemarketing.

Pela nova regra estabelecida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as prestadoras de telefonia móvel tem até março para implementar o código, enquanto que o prazo para as operadoras de telefonia fixa vai até junho.

As operadoras também ficarão responsáveis por coibir o uso do código fora das regras estabelecidas pela agência. Além disso, segundo a Anatel, as operadoras deverão realizar o bloqueio preventivo de chamadas originadas de telemarketing ativo a pedido do consumidor. Entenda aqui a nova regra.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/03/o-que-muda-em-2022-e-pode-afetar-o-seu-bolso.ghtml>**

# Há muito em jogo em 2022 - ANTÔNIO GOIS

## ANTÔNIO GOIS

O bicentenário da Independência e a realização de mais uma eleição presidencial fariam de 2022 um ano perfeito para debatermos projetos sobre o futuro, ao mesmo tempo em que aprofundaríamos o conhecimento sobre as razões de nosso atraso histórico na educação. Poderíamos ter discussões de alto nível, com argumentos embasados nas melhores evidências disponíveis, opondo visões de país e projetos educacionais distintos, de forma qualificada e respeitosa. Bem, mas este é o cenário utópico. Nada no horizonte próximo indica que chegaremos perto disso.

Para começar, é pouco provável que a educação esteja no centro dos debates nacionais. É natural que, em qualquer eleição, os temas econômicos tenham grande relevância para a população. O que não é normal - ou, ao menos, não deveria ser naturalizado - é o descaso com que sempre tratamos os temas educacionais, tão fundamentais para o desenvolvimento no longo prazo em todos os demais setores.

Nas últimas eleições presidenciais, o escasso debate que tivemos acabou capturado pelos temas da agenda bolsonarista, cujo programa de governo (se é que uma coleção de slides de PowerPoint pode assim ser chamado) enfatizava o combate à doutrinação marxista, à sexualização precoce e a promessa de "expurgar a ideologia de Paulo Freire". Durante toda a campanha, representantes da campanha vitoriosa faltaram a todos os debates entre os indicados pelas candidaturas para falar sobre os projetos educacionais.

As constantes trocas de ministros e em cargos do alto escalão do MEC nos três primeiros anos de governo deixaram claro que, fora as palavras de ordem que nem de perto tocavam na raiz de nossos problemas educacionais, não havia projeto para o setor. Caso o presidente chegue em outubro em condições eleitorais desfavoráveis como as indicadas pelas pesquisas de opinião de momento e sem nada de sólido para mostrar na educação, é provável que dobre a aposta nos temas que acenam apenas para sua base radical. As declarações de que o Enem terá a "cara de seu governo" são indicativos dessa postura.

Três anos de governo Bolsonaro trouxeram várias lições para a área educacional. Algumas foram positivas, como a demonstração de que a mobilização da sociedade civil foi capaz de vitórias como a aprovação do novo Fundeb, mesmo o governo federal tendo se omitido inicialmente ou se posicionado contra a proposta até o momento em que percebeu que a derrota no Congresso era inevitável. Cabe destacar aqui o papel fundamental que tiveram nesse e em outros debates atores políticos que surgiram depois da redemocratização do país, caso das entidades representativas de secretários estaduais (Consed) e municipais (Undime) de educação e organizações como a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e o movimento Todos Pela Educação.

Por outro lado, os relatos de **servidores públicos** em órgãos como o Inep, Capes, Anvisa e Ibama, entre outros, evidenciaram a importância de fortalecermos essas instituições públicas. É natural que elas sofram alguma influência dos projetos políticos que saiam vitoriosos das urnas, mas seu principal norte precisa ser orientado por políticas de Estado, menos dependentes do governo de ocasião.

Descaso com temas educacionais, tão fundamentais, em eleições, não é normal, ou não deveria ser naturalizado

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Bancas projetam crescimento em 2022 com práticas ESG, LGPD e reforma fiscal

O avanço na adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, nas sigla em inglês) pelas empresas, a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), projetos de infraestrutura e a **reforma tributária** devem ser pautas prioritárias em **grandes escritórios** de advocacia e garantir, neste ano, aumento na receita, a exemplo do que ocorreu em 2021. No ano passado, as bancas conseguiram elevar o faturamento de 10% a 20%, na comparação com 2020.

O ano de 2021, segundo escritórios de advocacia consultados pelo Valor, foi "notável" em volume de assessorias em fusões e aquisições (M A) e aberturas de capital (IPOs). O ritmo intenso no mercado de capitais, afirmam, teve participação relevante no crescimento registrado no ano passado.

Para este ano, apesar da alta **inflação**, da forte elevação da taxa de juros e de incertezas políticas decorrentes de ano eleitoral, dirigentes de escritórios acreditam que, pelo menos no primeiro semestre, o movimento de operações e investimentos deve se manter aquecido, mas não no patamar do ano passado.

"Estamos cautelosamente otimistas", resume Alexandre Bertoldi, um dos sócios-gestores do Pinheiro Neto. Segundo Tito Andrade, sócio e administrador do Machado Meyer, as empresas estão capitalizadas e buscando "targets". "Há oportunidades de negócios. O foco na área empresarial será grande", afirma.

A advogada Paula Surerus, sócia e COO do Veirano, acrescenta que, a despeito do contexto de incertezas, a taxa de câmbio oferece oportunidades para o investidor estrangeiro. "A diferença do dólar frente ao real reflete em custo de investimento baixo no Brasil", diz. Fernando Serec, CEO do Tozzini Freire, concorda: "Para quem for esperto do ponto de vista de investimento estrangeiro, esse será um momento interessante de colocar dinheiro no Brasil." Alguns escritórios registraram, em 2021, recordes em assessorias de operações de fusões e aquisições e aberturas de capital. No Pinheiro Neto, por exemplo, foram cerca de 200, superior à média de 80 verificada em anos anteriores. "Apenas com transações 'blockbuster' não conseguiríamos manter a prática. Atuamos em uma miríade de casos - alguns de pouca

relevância em relação ao montante envolvido, mas complexos", afirma Fernando Meira, que divide com Bertoldi o cargo de gestor da banca.

No Lefosse Advogados, também houve recorde em fusões e aquisições. Foram 73 operações - 20 a mais que o ano anterior - que somaram mais de R\$ 100 bilhões, segundo o Transactional Track Record (TTR). "Foi o melhor ano da história do escritório", afirma Rodrigo Junqueira, sócio-administrador da banca.

Neste ano, com a expectativa de um ritmo no mercado de capitais menos intenso, devem prevalecer outras áreas. Infraestrutura, a adequação das empresas à LGPD e a implantação das práticas ESG são algumas delas.

"Há uma preocupação efetiva na implantação dessa agenda, que exige uma equipe interdisciplinar no escritório. Vemos muita consulta sobre o assunto, inclusive do ESG voltado ao mercado financeiro", diz Paula Surerus, do Veirano.

Para Roberto Quiroga, sócio-diretor do Mattos Filho, outro tópico que deve demandar bastante atenção neste ano é o impacto da **inflação** em diferentes setores, principalmente nos contratos e investimentos. "Esse será um ponto importante se a **inflação** continuar alta. Há diversos reflexos, inclusive tributários." Em discussão no Congresso, a **reforma tributária** foi em 2021 - e será neste ano - um ponto comum de atenção nas grandes bancas, especialmente por causa da proposta de tributação de dividendos. No Senado, o assunto está na agenda de prioridades. "Fica mais difícil em ano de eleição, mas algo deve ser discutido", aposta Quiroga.

No TozziniFreire, o pleito marcado para 2 de outubro deve movimentar o escritório a partir de março, por causa do impacto das redes sociais nas eleições e das fake news. A banca advoga para o Facebook e o WhatsApp e atua junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Deve haver grande número de intervenções. Muitas vezes as plataformas não são réis nas medidas administrativas e judiciais, mas tem que tirar uris (endereço virtual de uma página ou website) ou há infringência de políticas internas que pode gerar suspensão de perfis", explica Fernando Serec.

**Site:**

**[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187104?](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187104?)**

# Calendário eleitoral trava agenda de Guedes para 2022

**Geralda Doca e Eliane Oliveira**

O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: EVARISTO SA / AFP

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, diz sempre a seus interlocutores que, enquanto estiver no governo, vai brigar pela sua agenda. Mesmo que a proximidade das eleições dificulte o ambiente político no Congresso, ele afirma que tentará mudanças infralegais, como em normas, e ainda avançar na agenda de privatizações e concessões.

Mas a realidade pode se mostrar bem mais difícil aos seus projetos. Em um ambiente polarizado, mesmo pontos que não dependem de deputados e senadores, como a privatização da Eletrobrás, podem enfrentar obstáculos.

E o ano já começa com um enorme desgaste para a equipe econômica: a pressão por reajuste salarial dos servidores, prometido pelo presidente Jair Bolsonaro apenas aos policiais, mas reivindicado por diversas categorias.

Guedes afirma que a falta de avanço que sua agenda enfrenta desde agosto é prova da antecipação do calendário eleitoral. Nos últimos meses, o governo centrou forças em apenas dois pontos, que se relacionavam: o Auxílio Brasil com benefício de R\$ 400 mensais - principal aposta eleitoral do presidente - e a PEC dos Precatórios, para abrir espaço orçamentário a mais gastos públicos, a maior parte para atender a base do governo, em 2022.

A privatização dos Correios, a **reforma tributária** e mesmo pontos como a melhora fiscal ficaram pelo caminho, atropeladas também pela piora da **inflação** e por menor crescimento. Os próprios articuladores do governo afirmam que o desafio é grande:

- Nossa janela de oportunidade é de 90 dias. Depois disso, o ambiente eleitoral vai dominar - diz o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso.

Ele acredita que haverá espaço para poucos projetos, talvez para pautas como mudanças no sistema de preços ou **impostos** dos combustíveis, um dos vilões da **inflação** alta.

Mas projetos que têm sido defendidos pelo ministro da Economia com força nas últimas semanas, como a reforma administrativa, não contam com apoio sequer do presidente da República, tornando a base de governo cética com a proposta de uma alteração da Constituição que corte privilégios dos servidores em ano eleitoral.

Auxiliares do ministro têm a mesma percepção: não há condições de aprovar este ano, assim como a **reforma tributária**, por causa das eleições.

Ao contrário: 2022 começará com a pressão dos servidores por reajustes. Com algumas categorias sem aumento há cinco anos, o anúncio de correção salarial para policiais federais insuflou o movimento sindical, que não descarta greves em fevereiro. Como o orçamento de 2022 reserva apenas R\$ 1,7 bilhão para reajustes - insuficiente até mesmo para o que o Bolsonaro prometeu aos policiais, estimado em R\$ 2,8 bilhões - o tema deverá dominar a agenda do ministério em janeiro.

Parlamentares veem pouco espaço para questões controversas avançarem:

- A agenda de votações esse ano dificilmente conterá temas polêmicos. O ambiente político está contaminado pela polarização excessiva. Qualquer agenda que estimule esse enfrentamento terá muita dificuldade - avalia o líder do DEM, Efraim Filho.

Especialistas avaliam que o momento é desafiador para o governo. Economista e professora do Insper, Juliana Inhasz lembra que a **inflação** continua alta, pressionada pela energia elétrica e pelos combustíveis. O desemprego segue elevado. E as dificuldades econômicas se somarão às incertezas políticas, com as dúvidas da sucessão presidencial:

- O cenário político coloca a economia em compasso de espera: o setor produtivo deve se manter em stand-by aguardando novas informações a respeito dos desdobramentos da campanha presidencial. Todos esses elementos somados deixam o crescimento econômico brasileiro cada vez mais distante.

Juliana ressalta que o cenário é agravado pelo quadro internacional, com pressões inflacionárias vindas de

economias desenvolvidas. Ela acredita na alta dos juros nos EUA, o que deve levar ao aumento do dólar no Brasil:

- Uma vez que o ano é mais curto (as eleições inutilizarão metade do ano), provavelmente a maioria das reformas necessárias não sairão do mundo das ideias, colocando ainda mais entraves ao processo de retomada da economia.

Ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e um dos fundadores da consultoria Tendências, Mailson da Nóbrega afirma que o Brasil terá um ano difícil. Segundo ele, a **inflação** continuará alta ao longo do primeiro semestre e os juros devem subir, pelo menos, mais duas vezes em 2022:

Para piorar, ele cita o que considera "uma loucura" de Bolsonaro: a promessa de reajuste salarial para os policiais. Ele alerta para o risco de Guedes enfraquecer-se ainda mais:

- Tomara que Bolsonaro tenha uma crise de bom senso e desista desse aumento.

Sérgio Vale, da MB Associados, afirma que o primeiro semestre deverá concentrar a adoção de medidas que, no fim, serão um esforço fiscal apenas pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

- Creio ser difícil reformas importantes que demandam esforço de coordenação política como a tributária e a administrativa. Talvez o melhor que o governo poderia fazer é centrar atenção nas concessões e privatização da Eletrobras o quanto antes - disse Vale.

Segundo auxiliares do ministro, privatizações que dependam do Legislativo, como a dos Correios, ficarão em banho maria.

- Ninguém vai arriscar o seu voto aprovando um projeto impopular - disse um interlocutor.

A expectativa é sejam aprovadas só medidas pontuais, como a MP que flexibiliza as garantias para o mercado de crédito. Guedes porém vai manter o discurso e defender as reformas. Há ainda, na equipe econômica, a previsão de alta nos investimentos com as concessões que já estão engatilhadas pelo Ministério de Infraestrutura, como de aeroportos.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/economia/calendario-eleitoral-trava-agenda-de-guedes-para-2022-25339197>

# Qual é o seu plano para 2022? (Artigo)

**Mareia Dessen**

Nossa velhice promete ser longa, estamos vivendo mais, e queremos nos aposentar mais cedo. Isso pode ser um paradoxo... o tempo da aposentadoria pode ser maior do que o tempo que passamos trabalhando. Precisamos de um bom patrimônio para bancar essa que pode ser a fase mais longa de nossas vidas.

Sempre que um ano novo começa é tradição que façamos planos, promessas, intenções, esperançosos com os novos tempos.

Aproveito a oportunidade para propor uma meta para o seu planejamento de 2022: um presente seu, para você, data de entrega aos 70 anos de idade, uma mesada de R\$1.000 durante os anos, até os cem anos de idade. Gostou da ideia? Então mãos a obra.

Três ingredientes farão o bolo crescer: 1) a quantidade de dinheiro depositada todos os meses; 2) o tempo de acumulação, ou seja, quando começaremos a investir; e 3) a rentabilidade ao longo do tempo.

Como a rentabilidade não depende de nós, seja conserva dor, pense em taxa real de juros, acima da **inflação**, e líquida, deduzidos os custos e **impostos**. As outras duas, quanto investir e quando começar a fazer isso, são decisões nossas, cada um de nós decide o que fazer para garantir um futuro sustentável. Posso garantir que, quanto mais cedo começarmos a poupar para o futuro, menor será o esforço.

Preciso trazer números para deixar essa meta mais tangível e ajudar a responder a uma pergunta em que todos devem estar pensando: quanto preciso investir para "ganhar" uma renda mensal de R\$ 1.000 durante 30 anos, dos 70 aos 100 anos de idade?

Com a ajuda de uma calculadora financeira e utilizando uma taxa de juros real líquida de 2% ao ano, identifiquei que precisamos de cerca de R\$ 270 mil para permitir saques mensais de R\$ 1.000, até que o capital se esgote 30 anos depois.

A segunda pergunta é: quanto preciso poupar todos os meses para acumular os R\$ 270.000 aos 70 anos?

Utilizando a mesma premissa de juros, a resposta depende do tempo de acumulação, ou seja, com que idade começaremos a investir para atingir essa meta.

Quem começa a poupar aos 30 anos investe

R\$370 por mês. Como o tempo de acumulação será longo, 40 anos, investe R\$370 para ter uma renda futura de R\$ 1.000! Isso mesmo, resgata quase três vezes o valor aplicado. Qual é a mágica? O tempo e os juros!!

Quem começa aos 40 anos investe R\$ 550, para sacar cerca de duas vezes o que depositou, nada mal! O tempo de acumulação e o de desacumulação são os mesmos, 30 anos.

Quem começa aos 50 faz um esforço maior, investe R\$ 918, praticamente o mesmo valor que irá sacar. Sabe por quê? Porque o tempo de acumulação será menor do que o tempo de desacumulação.

Quem começa aos 60 anos, somente dez anos antes da data em que os saques começarão a ser feitos, terá um enorme desafio pela frente, investe cerca de R\$ 2.000 todos os meses para sacar metade do que depositou. Provavelmente se arrependerá de não ter começado a pensar no futuro quando ainda era jovem...

Para projetar saques maiores, de R\$ 2.000 ou R\$ 3.000, por exemplo, basta multiplicar os números por 2 ou 3. E lembre-se de que se trata de uma simulação, considerando juros reais líquidos de 2% ao ano ao longo do tempo.

Não será fácil sacrificar um pouco de prazer imediato para uma meta distante, que ainda não é percebida como necessária. Mas não se esqueça do propósito: um presente seu, de você hoje, para você aos 70 anos.

Feliz ano novo!

marda.dessen@gmail.com

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49779&anchor=6448025&pd=175420667042018a9636cef54105e5db>



# "Toda eleição presidencial causa impactos" (Editorial)

Em meio a essas expectativas, que em suma se resumiriam a oferta, demanda, geração de receita, ampliação da cadeia produtiva, deve-se somar o complexo cenário eleitoral.

- Toda eleição presidencial causa impactos. Mas, talvez, desta vez, o que fica claro é que os problemas do Brasil são visíveis. São poucas as opções de candidatos e não parecem ser as que agradam à maioria. Mas, com base nessas opções, deixando de lado as paixões extremas, fica a impressão de que, quem for que ganhe a eleição, não terá muitas alternativas a não ser seguir a cartilha de diminuir os gastos públicos e implementar as reformas - avalia Joarez José Piccinini, diretor superintendente do Banco Randon.

As ditas reformas, segundo Piccinini, são a Administrativa, Política e Tributária. Mas, para que isso venha de fato a ser colocado em votação, entende que o eleitor precisa aprender a exercer seu papel ao escolher os representantes do Congresso.

- As pessoas têm de entender que um governo não se faz com apenas uma pessoa. Tão importante quanto a escolha do presidente, será a escolha dos senadores e dos deputados, porque são estes que fazem as leis. Um Congresso forte e alinhado com os interesses da população, o presidente terá pouca margem para fazer algo contra a vontade da população. Congresso tem papel importante, inclusive, para assegurar a redução de atrito entre os três poderes. E sim, o Legislativo é o grande poder de uma república - defende.

E Piccinini finaliza: - O político não têm de oferecer nada, ele tem de reduzir os entraves, deixar o dinheiro onde tem de estar, no bolso do consumidor e no bolso do empreendedor. O governo deveria deixar a economia operar. O estado tem de regular a economia, estabelecendo as regras para o agente econômico operar. E se for precioso, intervir para recolocar o agente na linha. Mas os governantes precisam deixar livre a disposição do ser humano de crescer, de progredir, de melhorar. Esse é o caminho para que possamos dar autonomia para as pessoas, para que elas tenham segurança de um emprego e de uma atividade remunerada para elas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula crescimento de 1,2% para a economia brasileira em

2022. De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, para que essa estimativa se consolide, será preciso superar problemas conjunturais, como **inflação**, emprego e normalização das cadeias globais a partir do segundo semestre do ano.

- A **inflação** elevada, com consequentes altas nas taxas de juros, o alto endividamento das famílias, o desemprego, a escassez de insumos e matérias-primas e os custos de energia em elevação são fatores conjunturais desfavoráveis. Além disso, ainda há incertezas sobre o andamento da pandemia e o temor de algum retrocesso, como ocorre atualmente na Europa - avalia Andrade. Para 2022, o presidente diz que o governo precisa encarar de frente a redução do Custo Brasil para o setor produtivo.

- Em primeiro lugar, precisamos aprovar a PEC 110, que promove uma **reforma tributária** ampla e vai simplificar e corrigir as distorções do sistema de arrecadação de **impostos**. Devemos, ainda, modernizar e ampliar a infraestrutura. Com custos competitivos, poderemos receber investimentos de empresas que querem diversificar a rede de fornecedores - explica Andrade.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/ultimas-noticias/>

# De olho no bolso e no voto

**Maria Eduarda Cardim**

Diante de um cenário econômico fragilizado, com altas taxas de desemprego, **inflação** nas alturas, aumento da pobreza e da fome, a condução da política econômica do país estará no centro das atenções dos eleitores na hora de escolher um candidato para apoiar este ano. Pesquisas apontam que o principal problema indicado pelos cidadãos está na economia, que, portanto, deve dar o tom do pleito de outubro.

Para especialistas, **inflação**, desemprego e diminuição da renda do brasileiro devem ser os temas dominantes dos debates da corrida presidencial, diferentemente de 2018 ? quando temas como combate à corrupção, segurança pública e a "nova política" mobilizaram os eleitores. "O que as pesquisas que lidam com as aflições dos brasileiros vêm mostrando é que a pobreza e o emprego se tornaram as principais preocupações. Isso vai guiar a escolha do eleitor", constata o professor de economia da Universidade Federal do ABC (UFABC) Fábio Terra.

Mauro Rochlin, economista e professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concorda e acredita que, em outubro, o impacto da situação econômica sobre a intenção de voto se dará, principalmente, por conta do momento vivido pelos brasileiros. "O **PIB** desabou, o mercado de trabalho derreteu, a taxa de desemprego passou de 15%. E, como se isso não bastasse, a **inflação** ultrapassa os 10%. Esse quadro dramático é o motivo pelo qual a economia ganha destaque nas eleições", explica.

Os economistas reconhecem o impacto da pandemia de covid-19 no desempenho do país. Mas, segundo Terra, a crise sanitária não pode ser apontada como única explicação para as dificuldades econômicas. Ele observa que o desemprego, por exemplo, já estava elevado antes mesmo da disseminação do novo coronavírus.

"Enquanto a questão da fome volta a ser uma preocupação, o desemprego é algo que já vem há algum tempo, mas que a pandemia agudizou. Já estava ruim e piorou. Isso entrará fortemente no radar do eleitor", observa.

Além do desemprego, Rochlin alerta para o impacto da **inflação** na vida dos eleitores. "Mesmo que, de uma maneira geral, a população seja leiga em economia, ela sente no bolso a alta de preços. O bolso é o "órgão" mais sensível do ser humano. Então, mesmo

que o eleitor não saiba exatamente qual é a taxa de **inflação** medida pelo IPCA no mês de dezembro, ou no ano de 2021, percebe o que está acontecendo sempre que consome algo", diz.

Terra afirma que, na equação para um bom desempenho nas urnas, o candidato terá de apresentar um discurso que conjugue os interesses dos eleitores e do mercado financeiro. "Quem vota estará, basicamente, pedindo ajuda para escapar da pobreza. Logo, pedirá emprego, que traz renda, que traz segurança contra a pobreza e a fome. O mercado fará as demandas de sempre, como consolidação fiscal e reformas. E os candidatos, nesse meio termo, tentarão costurar um agrado ao mercado e um agrado a quem vota. A pauta da próxima eleição se dá por meio dessa triangulação", analisa.

Temas econômicos voltam a ser principais preocupações para o eleitor (foto: Arte/CBPress) Mudança de cenário O discurso de cada candidato estará diretamente atrelado ao cenário econômico dos meses que antecedem o pleito. Segundo o cientista político e vice-presidente da Arko Advice, Cristiano Noronha, "por isso, é que o governo aposta em ações como privatizações e concessões, e acredita que a economia pode responder positivamente para que, eventualmente, o presidente Jair Bolsonaro tenha uma recuperação da popularidade".

Rochlin acrescenta que os níveis de **inflação** nos meses de campanha eleitoral também serão importantes para definir o voto. "Não adianta dizer que, hoje, a **inflação** está em 10%, que a população está revoltada e, por isso, o Bolsonaro não conseguiria se reeleger. Acho que é um pouco cedo para afirmar isso. A gente precisa olhar o cenário da véspera da campanha da eleição", alerta. Ele explica que, se a **inflação** estiver controlada em agosto e setembro, ajudará o discurso do governo. Mas, se isso não acontecer, o discurso da oposição é que se fortalece.

Rochlin aponta que a perspectiva é de queda da **inflação** até o período da votação. Segundo ele, três fatores explicam essa estimativa: a estabilidade no preço dos commodities ? como petróleo, minério de ferro, milho e trigo ?, a estabilidade do dólar e a taxa básica de juros da economia.

"Por mais que a gente saiba que o dólar está caro, é o mesmo valor que estava há um ano. Então, o preço do produto importado não deve aumentar e manter uma

certa estabilidade. Já com a Selic alta, o consumo fica inibido", destaca.

Saiba Mais Política Coaf liga governador do Acre a transações de R\$ 828 mi Política AGU pede para STF barrar saída de secretário do Ministério da Justiça Política Jovem evita política nas redes sociais para não ser "cancelado" Política Bolsonaro posta novo vídeo provocando aglomeração em praia

# É preciso coragem para mudar o modelo econômico fracassado do país

**Nelson Marconi**

A economia brasileira está comendo poeira há muito tempo. Em 1980, nosso **PIB** per capita era 15 vezes maior que o chinês e 1,6 vez superior ao sul-coreano; em 2020, equivalia, respectivamente, a apenas 79% e 26% do observado nesses países.

O que fizeram os asiáticos? Perceberam que os países mais bem-sucedidos incentivam a indústria e os setores importantes ao redor; logo, ampliaram sua participação no mercado internacional via exportações de manufaturados, usando e abusando de planejamento, boas práticas macroeconômicas, políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e educação, focando áreas estratégicas e sempre defendendo os interesses de seus países.

Por aqui, entregamos nosso mercado interno, de mão beijada, via moeda apreciada, aos produtores de outros países, sem expandir as exportações de manufaturados; enquanto as vendas no varejo, descontada a **inflação**, hoje são o dobro do que eram em 2003, a produção industrial está no mesmo patamar de 2005.

Criaram-se todas as dificuldades possíveis para os produtores locais eficientes atuarem nos mercados interno e externo: além do câmbio, juros altos, estrutura tributária distorcida, políticas industriais ineficazes, investimento insuficiente em educação e ciência e tecnologia e má qualidade dos gastos públicos.

Como resultado, nos desindustrializamos e hoje sentimos a pior consequência desse processo: deixamos de gerar bons empregos e as pessoas estão tendo de se virar na informalidade, em ocupações muito mais precárias, e o **PIB** per capita do Brasil atual é igual ao de 2010. Perdemos 11 anos.

É possível reverter esse cenário e voltarmos a gerar bons empregos, que é um de nossos objetivos principais, e estimular o real e empreendedorismo? Certamente que sim!

Precisamos investir mais em educação? Lógico, e o Ceará de Ciro Gomes e seus sucessores é um exemplo mundial. Precisamos participar mais do comércio internacional? Sim, mas estimulando as

exportações, não aniquilando os produtores locais. Como fazer?

Primeiro, é necessário estruturar um cenário macroeconômico favorável a quem produz: devemos equacionar a questão fiscal a médio prazo, tornando a trajetória da dívida pública sustentável, via redução de subsídios e isenções, da mudança da lógica orçamentária -que premia quem gastou mais no passado, da instituição de tributação progressiva sobre lucros e dividendos, heranças e patrimônio, desonerando compensatoriamente a produção, e da melhoria na qualidade do gasto público.

Assim, neutralizam-se as pressões contrárias à queda da taxa de juros, viabiliza-se a manutenção da taxa de câmbio em um patamar competitivo e os investimentos públicos de que necessitamos para retomar o crescimento neste momento. Também são fundamentais ações para reduzir a **inflação** e o endividamento privado.

Do ponto de vista estratégico, vemos que EUA, Alemanha e França criaram planos para recuperar suas indústrias e seu espaço na economia mundial, incluindo elevados gastos em infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento. Não há como agirmos de outra forma.

Um plano nacional de desenvolvimento pactuado entre os setores público e privado, nos moldes defendidos por Ciro, é essencial, prevendo tanto o desenvolvimento científico e tecnológico como a redução de desigualdades e a melhoria de indicadores sociais, que se recuperarão com a melhoria na qualidade dos empregos, o avanço educacional e políticas específicas para os mais desfavorecidos. A gestão pública deverá ser reorientada para o alcance das metas desse plano, atuando de forma matricial, monitorando e cobrando resultados e premiando o bom desempenho.

A pauta ambiental constitui uma oportunidade de investimentos: o desenvolvimento de novas fontes de energia, a reorientação do uso do petróleo, as alterações na forma de produzir carnes e outros alimentos, a implantação de uma infraestrutura de baixo uso de carbono e os necessários avanços tecnológicos na área da saúde, por exemplo. Todos esses fatores estimularão a inovação e a sofisticação

tecnológica, incluindo a microeletrônica, softwares e inteligência artificial. E pensemos em todos os serviços que serão demandados por essas atividades.

Há, sim, muito espaço para retomar o crescimento, os bons empregos e a dignidade do povo brasileiro. Mas é necessária disposição e coragem para mudar o modelo econômico fracassado que impera há décadas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49779&anchor=6448025&pd=175420667042018a9636cef54105e5db>**

# Teto de gasto precisa ser revisto, diz Barros

**Raphael Di Cunto e Fernando Exman De Brasília**

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) defende que o episódio das enchentes na Bahia e a alta da arrecadação mostram que Brasil precisa repensar o teto de gastos. "Teremos que rediscutir esse assunto porque o excesso de arrecadação é muito grande e a necessidade do governo é muito grande também", afirma.

Ele diz acreditar que a discussão não geraria ruído no mercado. Durante o ano de 2021, preocupações com o rompimento do teto de gastos causaram turbulências e críticas de especialistas e investidores.

Barros recebeu o Valor em seu gabinete em Brasília na quarta-feira para uma entrevista. A Câmara já estava esvaziada pelas festas de fim de ano, mas o líder foi à capital para se reunir com ministros e assessores com o objetivo de viabilizar a liberação de recursos pendentes para os parlamentares da base aliada.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de paralisar a execução das emendas de relator, diz, travou parte do dinheiro e deve provocar irritação em quem não for contemplado, mas os deputados precisam entender que o problema não foi causado pelo governo. "O objetivo do Supremo era tentar derrubar a PEC dos Precatórios para que fossem todos pagos ano que vem", sugere.

Outra decisão do STF que o deputado criticou foi a abertura da CPI da Covid no Senado. Ela fustigou o Executivo por meses e colocou Barros no centro das denúncias, com acusações de que teria articulado a compra da vacina indiana Covaxin em troca de propina. O deputado diz que a comissão não encontrou nenhuma prova, mas mesmo assim o denunciou. Ele está processando o relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), e todos os que votaram a favor do parecer. "Esse relatório será um excelente discurso quando o presidente Bolsonaro estiver contra o Lula discutindo no segundo turno a conduta do governo", afirma.

Na eleição, acredita, a discussão da vacina terá ficado para trás com o possível fim da pandemia. "Hoje, avalio que o tema que o presidente e a coordenação da campanha precisam se debruçar é a inflação. É um assunto que deveríamos dar mais atenção para não causar efeito negativo lá na frente", afirma.

Para 2022, acrescenta, não se deve esperar nenhuma grande reforma. A seguir, os principais trechos da entrevista: Valor: Quais as prioridades para o próximo ano?

Ricardo Barros: A regularização fundiária, que está no Senado, e o licenciamento ambiental que também é bom para reduzir o custo Brasil. Há também o projeto sobre defensivos agrícolas, muito bom para melhorar a nossa produtividade. Tem muita molécula nova, mais segura e eficaz, mas leva de seis a oito anos para aprovar a liberação. Fizemos um sistema simplificado de tramitação, simultâneo na Anvisa, Mapa [Ministério da Agricultura e Pecuária] e Ministério da Saúde.

Valor: E o Refis?

Barros: Não sei como vai caminhar, mas pode ser. Não é uma pauta do governo, é da Câmara e do Senado.

Valor: A regulamentação dos jogos de azar será prioridade?

Barros: O presidente [da Câmara, Arthur Lira, do PP-AL] diz que vai votar. Também não é pauta do governo, não sabemos ainda qual vai ser a posição do Executivo. Em princípio, o governo é contra. Vamos ver se muda.

Valor: O ano acabou sem a aprovação de grandes reformas, as quais dificilmente avançarão em 2022. Não tem um grande projeto que o governo esteja visando a partir de agora?

Barros: Claro que o governo queria votar as reformas, mas não houve ambiente para isso. A pandemia atrapalhou bastante a gente.

Valor: E em relação a 2022?

Barros: Tem mineração de terra indígena, que é importante, pauta de costumes, armamento, "homeschooling". Tudo que puder evoluir vamos tentar evoluir. O que eu gostaria é que o Senado devolvesse para nós licenciamento ambiental e regularização fundiária, porque tem a ver com desenvolvimento da nação.

Valor: Existe apoio para as pautas de costumes e armamento?

Barros: Não posso avaliar agora. Depende também do

posicionamento dos candidatos a presidente. Como vocês viram na PEC dos Precatórios, PDT e Podemos votaram a favor no primeiro turno e contra no segundo turno porque os candidatos a presidente pediram. O posicionamento partidário vai acabar acontecendo em função disso também.

Valor: O reajuste salarial dos policiais pode ser um problema ?

Barros: Isso agora é assunto interno do governo. As categorias vão propor o aumento e o governo vai dar a equação financeira ou não. O governo vai avaliar e decidir. Pode ser também que não haja aumento para ninguém, do jeito que está a confusão, e esse dinheiro seja remanejado para outras coisas. Não carimbamos no Orçamento para onde iria o dinheiro, só tem uma previsão para o aumento do servidor. Agora, para qual servidor, não entramos nessa questão porque não conseguiríamos isso aqui. Se tiver que votar reajuste só para policiais é difícil. O projeto entra apenas para o policial e sai cheio de outras coisas. Mas não posso antecipar antes de conversar com os partidos [da base do governo]. Pode ser que eles concordem.

Valor: O senhor acha que está resolvida a polêmica em relação às emendas de relator ao Orçamento?

Barros: Vai ficar tudo igual a como já era antes, mas vai ter uma publicação prévia na Comissão de Orçamento [do Congresso]. Não interfere no modelo político que foi estabelecido para a definição das prioridades, é só uma burocracia a mais.

Valor: Permanece então a falta de transparência desse mecanismo, que a principal crítica dos especialistas às chamadas RP9?

Fulano: Não tem nada de falta de transparência. Pelo contrário. Antes estava tudo concentrado em RP2, ninguém sabia o que era decisão do governo e o que era indicação do Parlamento. O objetivo do Supremo para discutir isso era tentar derrubar a PEC dos Precatórios para que fossem todos pagos ano que vem, porque era decisão deles e eles queriam que fosse cumprida. Para mim, isso está muito claro. O jogo aqui é republicano: cada um atende suas bases, prefeitos pedem recursos, as universidades, as entidades, e o deputado é apenas um facilitador desse atendimento.

Valor: O senhor falou que a pandemia atrapalhou. Uma das consequências da pandemia foi a instalação da CPI.

Barros: Foi uma decisão do Supremo. Mas, não atrapalhou. A CPI será, para o presidente Bolsonaro, um excelente discurso quando ele estiver contra o Lula

discutindo no segundo turno a conduta do governo. Os caras ficaram raivosamente investigando por seis meses e não tem uma linha no relatório que fale de corrupção e desvios de recurso. Nenhuma. Não se comprovou absolutamente nada contra a conduta do governo. E não foi por falta de vontade de procurar, fizeram uma farra de quebra de sigilos.

Valor: Mas eles mostraram que o governo demorou a comprar as vacinas, ficaram sem dar respostas às empresas...

Barros: É uma narrativa. O fato é que o governo comprou todas as vacinas que estão sendo aplicadas no Brasil. Quando estivermos na eleição, o assunto vacina estará resolvido. Todo mundo estará vacinado, não haverá mais essa demanda e isso não vai ter mais importância no debate eleitoral. O assunto que penso que vai estar na campanha é a **inflação**. Hoje, se a gente não der solução nele antes, será o assunto da campanha. Se der solução, vai ser outro assunto. Vacina não é o problema.

Valor: O sr. também virou alvo dos trabalhos da comissão.

Barros: A CPI foi feita só para desgastar o governo, mas não conseguiram nenhum depoente que fosse lá e dissesse: "Sim, isso aconteceu e está aqui a prova". Com exceção do caso da Prevent Sênior, que não é governo. Mas, nas acusações contra o governo, nenhum depoente. O efeito que queriam dar até conseguiram no imaginário popular. De tanto repetir uma mentira, ela pode ter permeado na sociedade, de superfaturamento de uma vacina que nem comprada foi. A Covaxin agora foi aprovada pela OMS... Imediatamente deveria ter sido aprovada também pela Anvisa, mas estão fazendo de conta que não veem. A CPI, para mim, foi muito boa: me transformou numa figura nacional e criou uma relação comigo e a base bolsonarista muito forte. Me rendeu muito politicamente e juridicamente também, porque fui superinvestigado e nada foi encontrado contra mim.

Valor: O que se deve esperar da Procuradoria-Geral da República em relação ao relatório da CPI?

Barros: Não vai dar em nada.

Juridicamente o relatório da CPI é um zero. Zero. É muito ruim. Eles não têm nada que possa gerar medidas que já não estivessem sendo tomadas. Tudo já estava sendo investigado. O PGR simplesmente fatiou o relatório e distribuiu para onde já estavam sendo feitas investigações.

Valor: Voltando para a economia: a **inflação** é, então, hoje o principal desafio do governo do ponto de vista

eleitoral?

Barros: Hoje, avalio que o tema que o presidente e a coordenação da campanha precisam se debruçar é a **inflação**. É um assunto que deveríamos dar mais atenção para não causar efeito negativo lá na frente. Fora isso, acho que o governo tem muita realização, o volume de investimento é muito grande, os leilões do Tarcísio (Freitas, ministro da Infraestrutura) e o 5G vão levar a um monte de investimentos e geração de empregos. A pandemia ter ampliado o comércio eletrônico aumentou demais a arrecadação: comeu um sanduíche, tem que emitir nota, não tem mais tanta sonegação. Não falta dinheiro, mas obviamente temos o teto de gastos que nos impede de aplicar esse recurso. E tem a discussão como aconteceu agora na Bahia, com esse episódio da enchente: o governo tem necessidade de gastos, a população precisa e ele não consegue gastar o dinheiro. Fica no caixa e aí? Teremos que rediscutir esse assunto do teto de gastos porque o excesso de arrecadação é muito grande e a necessidade do governo é muito grande também.

Valor: Todo mundo entende a necessidade da Bahia e a tragédia que o Estado enfrenta. Mas essa discussão, do ponto de vista de mensagem para o mercado, não pode criar um ruído desnecessário?

Barros: Não acredito. Se não, vai fazer o quê? O mercado tem clareza que a economia do Brasil vai muito bem. O teto de gastos tem nos ajudado a conter a voracidade das corporações sobre o Tesouro. O que nos atrapalha no país é pagar folha. É muito bom ter funcionalismo qualificado, bem remunerado, mas não adianta médico sem remédio, motorista sem combustível, pedreiro sem tijolo. Não adianta pagar a folha sem que o servidor tenha condições de transformar seu tempo remunerado para melhorar a vida da população. Esta é a discussão que no caso do Brasil é fundamental. O teto de gastos nos ajudou muito a conter o avanço das corporações.

Valor: Com qual cenário eleitoral o sr. está trabalhando? Polarização até o segundo turno ou fortalecimento de uma terceira via? O presidente passa hoje por dificuldades.

Barros: Não tem espaço para a terceira via. Ela não vai se unir, não vai conseguir se articular para uma candidatura mais coesa, com mais tempo de televisão, com mais capacidade de pene tração. Cada um vai seguir a sua convocação partidária. Polarizados, vamos ao segundo turno, Lula versus Bolsonaro, e neste ambiente acho que o Bolsonaro é favorito.

Valor: Porquê?

Barros: A conjuntura da comparação dos governos vai

favorecer isso. Você tem que pensar que o governo Bolsonaro teve três anos, com dois de pandemia, e ainda assim avançou muito em várias áreas. Daqui a pouco vai acabar carro-pipa no Nordeste [com a transposição do rio São Francisco], o governo está resolvendo as questões que antes eram só discurso. Cabotagem, as ferrovias, vão reduzir muito o custo Brasil, melhorar muito nossa competitividade.

Valor: A possibilidade de indicar mais ministros para o STF também estará no discurso de campanha?

Barros: Não faz parte do discurso, mas o ativismo político do Judiciário precisa ser contido. Está absurdo, estão achando que tudo podem decidir por lá. Isso não é bom para o Brasil. Os ministros têm mudado o que está escrito. Interpretar o que não tem clareza o Supremo pode, mas reescrever é um absurdo. O que precisamos aqui no Congresso é estabelecer regras mais efetivas, mais claras, dar um limite nessas questões. Temos que estabelecer com clareza qual é o limite da prerrogativa deles.

Valor: E a definição do próximo vice do presidente? O senhor acha que vem de Minas Gerais, do Nordeste, um militar?

Barros: Vice, tecnicamente, é a última coisa que se define. Tem a ver com o conjunto do quadro de adversários que se enfrentará na campanha. "Ah, tenho adversário muito forte em São Paulo, vou por um vice de São Paulo. Tenho adversário forte no Nordeste, vou escolher um vice do Nordeste. Está equilibrado? Vou colocar uma mulher, um negro." Quem é a vice nos Estados Unidos? Uma imigrante negra. Não foi por acaso. No caso do Bolsonaro, isso não se aplica diretamente porque é a escolha pessoal dele. Ele pode não considerar esses apontamentos, mas certamente será informado dessas variáveis.

Valor: Precisa ser do PP?

Barros: Não necessariamente. Pode até ser que lá na frente traga mais um partido em troca da vice, agregue mais estrutura, tempo de televisão. Não me parece que será o caso agora do Bolsonaro, mas é a praxe das campanhas pensar nessas variáveis.

Valor: Uma das variáveis é ser alguém de extrema confiança dele com o objetivo de reduzir o risco de um impeachment?

Barros: Eu, pessoalmente, avalio o [Hamilton] Mourão como um bom vice-presidente, independentemente de posicionamentos que causaram uma rusguinha aqui ou ali, mas ele é 100% confiável. O presidente viaja e nem se preocupa se vai fazer alguma coisa. Não vai fazer. O Mourão tem sido absolutamente correto no



papel dele.

Valor: Na sua avaliação, como fica a correlação de forças na Câmara com essas novas regras eleitorais, como a federação partidária?

Barros: Eu não acredito em federação nenhuma, acho que não vai acontecer. Não tem nenhum sentido isso. Pelo menos do nosso lado, não vai acontecer. É uma fusão partidária. Você tem que ter um líder só, um candidato a prefeito, uma chapa única de candidatos na proporcional. Eventualmente, um partido menor pode investir em um candidato só em cada Estado e ocupar um espaço que ele não teria. Um partido maior, quando traz um menor, corre o risco desse menor ocupar o espaço da bancada que ele teria. Do ponto de vista de construção das bancadas, pode ser que a união dos partidos melhore a divisão das sobras. Não tenho muita clareza disso ainda porque é simulação muito complexa para ser feita.

Valor: E o PP?

Barros: Sou tesoureiro do diretório nacional. Havíamos tomado uma decisão de alinhar 100% com o presidente, se ele viesse ao partido. Ele foi convidado e, não tendo vindo ao partido, acho que essa regra vai ser flexibilizada olhando o segundo interesse do partido: não temos o presidente, vamos eleger bancada. Prioridade é eleger senadores e deputados, mais deputados que senador. O partido vai priorizar a eleição de uma bancada federal e as composições em cada Estado, onde tiver mais favorável para eleger mais deputados. Acho que vai ser essa a regra. Não está definido ainda porque não reunimos para deliberar sobre isso. Haverá crescimento do Progressistas na janela de março, do PL, e vai ter um esvaziamento da União Brasil e partidos como o DEM e o PSDB vão perder deputados para o campo bolsonarista.

Valor: Algo mudará no perfil do Congresso em 2023?

Barros: Vamos ter um Congresso mais equilibrado na próxima legislatura, os partidos estarão maiores e vai ser um pouco mais fácil de governar no próximo mandato. A relação Parlamento/ Executivo ficará mais fácil. O Senado só vai renovar 1 /3, não vai mudar muito, mas os 2/3 vão estar em pré-campanha. Então, o comportamento deles vai começar a ser mais olhando para o resultado do que eles fazem. Nesses primeiros quatro anos, eles fizeram o que quiseram. Ficou muito rebelde o Senado. Acho que no próximo mandato eles tendem a ficar mais alinhados ao governo porque vão à reeleição e precisam de estrutura.

Valor: Pela primeira vez terá um presidente do Senado

concorrendo ao Palácio do Planalto. Isso atrapalha ou ajuda o governo?

Barros: Nos favorece. Ele, como presidente do Senado, precisa produzir resultados. O Senado travou tudo. Ele já inclusive fez uma declaração de que a reforma administrativa precisa ser votada. Então, tudo bem. Ele que vote lá e mande para nós. Se ele já tiver votado no Senado, talvez a Câmara vote também. O que a Câmara não quer é ficar tomando medidas que têm reação, são importantes para o Brasil, mas têm reação, e depois ficam lá paradas no Senado. Os senadores dando uma de bonzinhos e nós, os malvados. Se continuar esse convencimento das pessoas de que o Senado está travando o progresso, é muito ruim para ele. Acho que essa candidatura nos favorece ao tirá-lo da inércia.

"Quando estivermos na eleição, o assunto vacina estará resolvido. O assunto da campanha é a **inflação**."

"Claro que o governo queria votas reformas, mas não houve ambiente para isso. A pandemia atrapalhou."

**Site:**

**[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187104?](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187104?)**

# Ibovespa deve ter ganhos em 2022, apesar da volatilidade

**Gabriel Rocae Matheus Prado De São Paulo**

Ao mesmo tempo em que métricas mostram que os preços das ações brasileiras estão em níveis historicamente baixos, o cenário para 2022 se mostra desafiador: as taxas de juros devem permanecer elevadas; a **inflação** pode continuar acima da meta do BC; o crescimento deve ser baixo; e ainda haverá as incertezas características de um ano eleitoral. Nesse contexto, bancos e corretoras consultados pelo Valor esperam, na média, que o Ibovespa encerre este novo ano na casa dos 124,5 mil pontos, o que representaria valorização da ordem de 18,7% para as ações locais em relação ao fechamento - 104.822 pontos - do último pregão de 2021.

As projeções de 19 instituições financeiras consultadas variam entre 112 mil pontos, na mais pessimista (alta de 6,84%), a 138 mil pontos, na mais otimista, o que representaria ganho anual de 31,65% para o Ibovespa.

Após ter anotado máximas históricas em junho de 2021, aos 130 mil pontos, o principal indicador acionário da bolsa local entrou em uma espiral negativa, pressionado pelos ruídos políticos e pelas incertezas relacionadas às questões fiscais do país. Mesmo assim, os resultados corporativos permaneceram saudáveis ao longo de 2021, o que levou diversas métricas de "valuation" do Ibovespa a níveis não observados em muitos anos.

A relação entre o preço e o lucro (P/L) das empresas que compõem o Ibovespa está próxima de 7,6 vezes, quase 30% abaixo dos patamares dos últimos 15 anos, de 11,2 vezes. Mesmo quando são retiradas do cálculo as principais empresas de commodities que compõem o indicador - Petrobras e Vale -, o Ibovespa é negociado a 10,3 vezes o lucro, também abaixo da média histórica de 12,7 vezes.

"Embora 2022 deva ser um ano inegavelmente mais volátil, dados os níveis de "valuation" atuais, vemos espaço para as ações locais terem um bom desempenho", afirmam Carlos Sequeira e Osni Carfi, do BTG Pactual. Os profissionais fazem a ressalva de que suas projeções parecem otimistas quando comparadas à situação atual do país, mas que parecem viáveis se o Brasil "voltar aos trilhos".

"Assumimos que o Banco Central trará a **inflação** de volta à meta no longo prazo, que as taxas de juros reais de longo prazo voltem a 4% e que o crescimento real do **PIB** de longo prazo seja de 2%. Com isso, o múltiplo justo de P/L do Ibovespa é 12,7 vezes, em linha com sua média histórica (ex-Petrobras e Vale). Assim, usando nossas estimativas de lucro para 2022, o Ibovespa deveria terminar o ano em 132 mil pontos." A visão é semelhante à do economista-chefe da Órama, Alexandre Espírito Santo, para quem as ações brasileiras parecem descontadas em relação aos pares globais. "Estamos negociando com P/L em torno de 7 vezes, enquanto o S P 500 negocia acima de 40 vezes. Como acreditamos que parte do estresse de 2022 pode ter sido antecipado, pensar em voltar a negociar P/L 10 vezes não é descabido", diz.

A estimativa do Bank of America (BofA) é a de que o Ibovespa encerre 2022 aos 125 mil pontos. Segundo David Beker, chefe de economia no Brasil e estratégia para a América Latina da instituição, a previsão da casa é conservadora, já que não embute uma expansão de múltiplos da bolsa local e é baseada na expectativa de que boa parte da apreciação do índice se dê via melhora de resultados corporativos.

Um risco a ser monitorado, de acordo com Beker, é a continuidade de uma migração dos fluxos da renda variável em direção à renda fixa no país. "Quando olhamos no acumulado do ano, ainda vemos um saldo de entrada em fundos de ação. Considerando os volumes de recursos que entraram em renda variável nos últimos anos, as saídas são muito pequenas e o processo ainda é bem tímido. O risco aqui é seguirmos vendo saídas." Mesmo assim, há certo nível de conforto com a recomendação de "exposição em linha com a média de mercado" do BofA devido ao nível de preços. "A discussão está em saber que gatilhos podem disparar uma melhora. A gente está "marketweight" [em linha com a média do mercado] e não aumentamos a recomendação para "overweight" [acima da média do mercado] por conta das incertezas, já que a eleição diminui a visibilidade", diz.

O gestor de renda variável do Daycoval Asset, Anand Kishore, acredita que a relação entre risco e retorno da bolsa ainda não está muito atrativa, já que as taxas de juros para daqui a um ano estão ao redor de 12% atualmente, nível próximo aos 13,5% que ele espera de valorização do Ibovespa, que, em sua visão, deve

terminar 2022 em 122,2 mil pontos.

No entanto, para ele, o cenário ainda deve ser muito dependente da política e da reação dos agentes financeiros às propostas dos candidatos. "Se o cenário eleitoral se mostrar menos radical e mais favorável, os investidores podem começar a antecipar 2023 e, nesse caso, o preço-justo seria muito maior que esses 122 mil pontos que temos hoje", afirma.

Um relatório da XP sobre o tema mostra, inclusive, que é difícil definir um padrão de performance para a bolsa em anos de eleição. "Em 2002, as ações brasileiras caíram quase 30% nos seis meses antes das votações daquele ano, e subiram 27% durante o semestre seguinte. Porém, em 2014, os retornos foram positivos antes e depois das eleições", dizem Fernando Ferreira, Jennie Li e Rebecca Nossig.

Em média, o Ibovespa teve, desde 2002, rentabilidade negativa de 6,7% no semestre anterior ao pleito, registrando valorização de 5,9% nos seis meses seguintes. Já em termos de volatilidade, o mercado oscilou mais, em 2002 e 2006, à medida que o período eleitoral se aproximava e, mais tarde, se acalmou. No entanto, em 2014, a volatilidade aumentou mesmo depois que os resultados foram divulgados.

"Estamos entrando em 2022 com as expectativas em níveis muito baixos, diferente do que ocorreu em 2021, quando havia uma série de possíveis catalisadores positivos. Agora, o mercado espera e já precificou problemas políticos, econômicos, monetários... É possível que tenhamos um ano com bastante volatilidade, mas não necessariamente para baixo", diz Ferreira, estrategista-chefe da XP.

Assim, a XP tem projeção tripla para o principal índice nacional: 93 mil pontos ao final de 2022 em um cenário cauteloso; 123 mil pontos como base, "refletindo quase nada de melhora no ambiente"; e 143 mil pontos na visão mais otimista, projetando uma possível queda de juro já no segundo semestre e melhora na performance das empresas listadas.

Dono da projeção mais otimista entre as colhidas pelo Valor, apontando para 138 mil pontos em dezembro de 2022, o Andbank tem discurso parecido em termos de precificação prévia dos gatilhos negativos, enxergando ainda possíveis estímulos positivos para que o índice seja impulsionado no período.

"Ainda temos problemas locais e globais, mas também vemos algumas questões saindo do caminho. A crise hídrica está dando sinais de recuo, a safrinha será produtiva, a **inflação** pode ter alcançado seu ponto mais alto. Se o ambiente continuar melhorando, vai dar espaço para avanços", afirma Fernando Bresciani,

analista de investimentos do Andbank Brasil.

Já para a equipe de estratégia de ações para América Latina do Goldman Sachs, o prêmio de risco para as ações brasileiras, atualmente, é consistente com um ambiente de crescimento de 0,9% do **PIB** no ano que vem. Neste contexto, a expectativa é que o Ibovespa possa se valorizar no curto prazo e até ultrapassar o preço-alvo da instituição para o fim de 2022, de 116 mil pontos.

"Como os investidores locais parecem cautelosamente otimistas de que o clima político possa melhorar, a partir de uma expectativa muito baixa, e com o real agora oferecendo mais de 10% de "carry" contra o dólar, suspeitamos que uma alta tática do Ibovespa pode se estender para 120 mil pontos, embora mantenhamos a previsão em 116.000, sublinhando o ceticismo de que qualquer recuperação das ações será sustentada."

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187104?](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187104?)

# Nova lei cambial exige cautela, diz Araújo

**Alex Ribeiro De São Paulo**

O economista e matemático Aloísio Araújo considera bem-vinda a aprovação da nova lei cambial, mas está preocupado com a velocidade da liberalização da conta de capitais. "Será que é uma boa hora?", questiona. "O momento macroeconômico é difícil, com o dólar subindo, incertezas políticas e eleitorais, **inflação** fora e dentro do país e novas variantes do coronavírus." Araújo prega que a regulamentação da nova regra, que será liderada pelo Banco Central, seja feita de forma gradual, no mesmo estilo cauteloso imprimido à liberalização cambial das últimas décadas. Isso será muito importante, afirma, para evitar desequilíbrios macroeconômicos e o acúmulo de riscos que, no limite, poderiam levar a crises cambiais e financeiras.

"A lei em si apenas dá um embasamento legal", diz Araújo, que é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). "Muito vai depender também da regulação específica, que transfere muita coisa do Conselho Monetário (CMN) para o Banco Central. Vai depender muito de como medida você facilita a abertura de contas no exterior, da flexibilidade." O economista considera que a lei "vai na direção correta" e "tem muitas coisas boas", ao simplificar, eliminar burocracias e dar maior segurança jurídica às transações cambiais. "Vai ser um choque de produtividade, o Brasil estará mais encaixado em algumas cadeias produtivas globais", sustenta. "Vai ter menos custos de operar com o exterior, terá financiamentos com custos menores." A lei aprovada pelo Congresso caminha muito em linha com a prescrição de liberalização cambial da OCDE, conhecido como o clube dos países ricos - que vem aceitando alguns emergentes, como o México e Chile, e que o próprio Brasil almeja integrar. "A lei se baseou muito na legislação da OCDE, que é muito boa, moderna, dos países desenvolvidos", diz Araújo. "Agora, não somos um país típico da OCDE. Temos volatilidade de câmbio muito maior." Ele nota que o Chile, considerado o país mais liberal da América do Sul, faz questão de manter a prerrogativa para controlar o fluxo de capitais.

"O Chile, exemplo canônico de país muito liberal, nunca teve liberdade de movimento de capital. Nunca quis", argumenta. "Ao contrário da Argentina, que teve liberalização total, todo mundo tinha conta em dólares já há muito tempo. E tem as crises muito mais sérias na Argentina." Segundo ele, a posição fiscal mais

sólida do Chile ajuda, mas o arranjo na política cambial também protege a economia.

Araújo diz que tem ouvido muito o argumento, entre economistas e políticos, de que a lei apenas formaliza uma liberalização cambial que já está valendo na prática. De fato, desde fins da década de 1980 o governo já liberou bastante, com resoluções e circulares, as operações que podem ser feitas no exterior.

Araújo considera que, ainda assim, a nova lei cambial poderá aprofundar a tendência. "Essa relação entre a lei e a prática é uma coisa curiosa. Há vezes em que a lei vem depois da prática", diz. "Mas a lei também acelera a prática. Ace lera porque hoje tem certa insegurança, as empresas são mais conservadoras, bancos também. Você vai dar um sinal para avançar." A mudança na lei ocorre, acrescenta, num momento em que já está havendo um aumento de fluxo de dólares ao exterior em função de avanços tecnológicos. "As plataformas de investimentos estão oferecendo vários produtos financeiros para colocar dinheiro no exterior", afirma. "É bom que a gente aproveite isso, está havendo uma integração financeira positiva em muitos sentidos. Agora, se for muito rápida, muito grande, ficamos mais expostos. É importante manter a prudência." A nova lei cambial já vinha sendo discutida há cerca de uma década no BC, e ganhou impulso na gestão de Roberto Campos Neto, a partir de 2019. Ele considera as mudanças importantes, entre outros motivos, para tocar a agenda de reformas microeconômicas do BC no setor financeiro, que é muito focada na tecnologia.

A nova lei permitirá que fintechs atuem no mercado primário de câmbio, um terreno que hoje é monopólio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central para operar em câmbio. Campos tem mencionado também a intenção de criar uma perna internacional do Pix.

O professor da FGV e Impa diz que, além da nova lei, há pleitos junto ao governo para ampliar a possibilidade de aplicação de poupança no exterior. "Uma das coisas que tem se falado é os fundos de pensão fechados passarem de 10% para 20% o seu patrimônio aplicado no exterior." Segundo ele, a liberalização cambial poderia ser um fator a mais que coloca pressão na cotação dólar, ao lado de fatores conjunturais, como as maiores remessas de lucros e dividendos no fim do ano. "O que não sei é se já existe a antecipação de maior procura de dólares, e se isso

não estaria sendo um dos fatores que está fazendo o dólar subir. Não sei se é exatamente isso, mas é concebível." Por outro lado, há uma questão também com a estabilidade financeira, caso aumente o endividamento externo. "Você pode dizer: é o setor privado que vai ter o passivo em moeda estrangeira, não é o governo, que é credor líquido", diz. "Não é bem verdade isso. Quando a gente conversa com investidores estrangeiros, eles dizem que, no mínimo, a dívida da Petrobras é do governo, no mínimo as estatais." Para ele, a economia segue vulnerável, por isso deve ir com cautela na liberalização cambial. "O Brasil ainda tem fragilidades. Para sair da fragilidade fiscal, vai demorar vários anos", afirma. "A discussão é muito mais que o teto de gastos. Precisa de muitas medidas, é uma coisa política, depende do amadurecimento da sociedade." Do lado positivo, o economista acredita que a maior facilidade para empresas terem recursos no exterior, ao longo do tempo, poderá mudar o nível ótimo de reservas internacionais. "Muitos setores vão fazer o próprio hedge, vão ter mais liberdade de ter contas no exterior. Empresas menores talvez vão ter contas no exterior, vai cair o custo de operar. Mesmo as empresas maiores vão ter mais liberdade de fazer operações com os recursos que já mantêm no exterior", afirma. "Isso diminui a necessidade de reservas cambiais."

**Site:**

**[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187104?](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187104?)**